

JURIMAR SÁ DA SILVA

ALCA: ANÁLISES E EFEITOS NO COMÉRCIO EXTERIOR BAIANO

**SALVADOR
2006**

JURIMAR SÁ DA SILVA

ALCA: ANÁLISES E EFEITOS NO COMÉRCIO EXTERIOR BAIANO

Versão definitiva da monografia que foi apresentada no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador Prof. Dr. Lívio Andrade Wanderley.

**SALVADOR
2006**

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

Silva, Jurimar Sá da

S586 Alca: análises e efeitos no comércio exterior brasileiro / Jurimar Sá da Silva.
– Salvador: J. S. Silva, 2006.

53 p. ilustr.

Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências
Econômicas da UFBA, 2006.

Orientador: Prof. Dr. Livio Andrade Wanderley

1. Comércio Internacional. 2. Integração Regional 3. Blocos Regionais.
4. Exportações Brasileiras. 5. Comércio Exterior Baiano. I. Título

CDD – 382.1

Jurimar Sá da Silva

ALCA: Análises e efeitos no comércio exterior baiano.

Aprovada em 15 dezembro de 2006

Orientador: _____

Lívio Andrade Wanderley
Prof. Dr. Da Faculdade de Economia da UFBA

Ihering Guedes Alcoforado.
Prof. Dr. Da Faculdade de Economia da UFBA

Antônio de Pádua Neto.
Economista Graduado na Faculdade de Economia da UFBA

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente a Deus, por ter me dado força, sabedoria, persistência e perseverança para continuar os meus estudos e não desistir nunca. Em segundo, agradeço a quatro pessoas de uma só vez, que contribuíram para a formação do meu caráter, do profissional e do estudante. É válido ressaltar que sem eles, eu nunca teria conseguido. São eles: Clotildes de Sá da Silva (minha mãe), Aldhemar Pinto da Silva (meu pai, *in memoriam*), Daniel Oliveira Santana (meu segundo pai) e Clemildes de Sá Santana (minha segunda mãe). Agradeço também a toda minha família e aos meus verdadeiros amigos, que em nenhum momento nunca duvidaram da minha capacidade.

RESUMO

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é um projeto audacioso que pretende ser o maior bloco econômico do planeta, reunindo 34 países do continente americano, com exceção de Cuba, que juntos somam um Produto Interno Bruto de quase U\$\$ 11 trilhões e mais de 808 milhões de habitantes, no qual serão retiradas progressivamente reduzidas as barreiras de comércio e do investimento. Entretanto, a ALCA não se resume apenas à criação de uma área de livre comércio, onde apenas são eliminadas barreiras comerciais entre países membros, mais também, englobará temas de regulamentação de atividades econômicas, tais como: educação, segurança, tráfico de drogas e etc. Os esforços para a implementação do acordo começaram a pelo menos 15 anos, mais especificamente em junho de 1990, durante o governo de George Bush, então presidente dos Estados Unidos (pai do atual presidente norte-americano, George W. Bush). Bush lançou a “iniciativa das Américas”, com o objetivo de formar uma área de livre comércio no continente, melhorando o acesso a mercados e constituindo um foro de negociação dos conflitos nos setores de comércio de bens e serviços, investimento e propriedade intelectual. Houve um atraso significativo na agenda da ALCA, devido a diversos impasses que surgiram entre os membros, durante as negociações. Na verdade, em cada rodada de negociação, tem ocorrido uma complicada troca de concessões em diversos aspectos. A Bahia tem interesse em pelo menos quatro temas que estão sendo negociados na ALCA. São eles: acesso a mercados; investimentos; serviços e compras governamentais. Temas esses que, dependendo da forma que sejam tratados, podem provocar vantagens ou desvantagens para o comércio exterior baiano.

Palavras-chave: comércio internacional, integração regional, blocos regionais, exportações brasileiras, comércio exterior baiano.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A ORIGEM E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA	10
2.1	ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO	11

2.2	A POSIÇÃO DO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES	21
3	ANÁLISES DE ESPECIALISTAS	24
3.1	EFEITOS DA ALCA NA ECONOMIA BRASILEIRA	24
3.2	IMPACTOS DA ALCA NOS ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA	29
4	A EVOLUÇÃO E O ATUAL PERFIL DO COMÉRCIO EXTERIOR BAIANO	33
4.1	A EVOLUÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 90	33
4.2	O ATUAL PERFIL DO COMÉRCIO EXTERIOR BAIANO	40
5	PERSPECTIVAS PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL DA BAHIA	51
5.1	PRINCIPAIS ENTRAVES	51
5.2	ÁREAS DE INTERESSE	53
5.2.1	A Bahia e as Negociações da ALCA	53
5.2.2	Países da ALCA no Comércio	55
5.3	PROVÁVEIS IMPACTOS	56
6	CONCLUSÃO	60
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

O primeiro contato com o assunto abordado foi por meio do noticiário jornalístico e televisivo. O segundo contato foi na disciplina da graduação chamada, Formação e Análise da Economia Baiana, onde o professor José Murilo Baptista sinalizou a importância de um estudo voltado para esta temática. Inicialmente, eu tinha definido o objeto enquanto idéia como: *Os efeitos que a ALCA trará para a economia baiana*. Porém, a medida que eu fui aprofundando nas minhas leituras, fiz algumas modificações no meu tema e o objeto enquanto assunto passou a ser: *Os possíveis efeitos que a ALCA exerceria na economia baiana*. Confesso que sem a ajuda dos manuais de Humberto Eco e de Dércio Salomon, eu não conseguiria delimitar o meu tema, para o termo de referência. Porém, logo após a apresentação do meu termo de referência, o professor de TPE, Lielson Coelho, sugeriu algumas modificações e o objeto enquanto tema ficou: *Perspectivas de inserção do Brasil na ALCA. Análises dos possíveis efeitos na economia baiana*. As leituras temáticas ajudaram na definição dos elementos do campo de observação, na formulação do problema e da hipótese a ser estudada. Atualmente, após várias reuniões com o meu orientador, o professor Lívio A. Wanderley, o título do meu trabalho ficou definido como: *Alca: Análises e efeitos no comércio exterior baiano*. A escolha da temática foi por causa do interesse pessoal do autor, que sempre se interessou pelo comércio exterior brasileiro e pela economia internacional como um todo. Além disso, a ALCA é um assunto polêmico, e está gerando muita discussão em todo continente americano. Eu particularmente acredito que, esse tema é de grande importância para a economia nacional, pois a integração do Brasil nesse bloco provocará uma mudança estrutural da economia brasileira. Por conta disso, o trabalho poderá ser de grande proveito para estudantes e para a população em geral, que tenha interesse pela temática. O objetivo desse trabalho é mostrar os avanços nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas e analisar os possíveis efeitos que a ALCA, proporcionaria no comércio exterior baiano. A metodologia adotada nessa pesquisa, baseou-se em dados secundários existentes em livros encontrados na biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas e demais unidades da UFBA, artigos de revistas especializadas em economia e outras como a Carta Capital, Suma Econômica, Conjuntura Econômica, Veja, Exame, Isto é, entre outros, além de jornais como Valor Econômico, Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil, etc. Foi elaborado também levantamento de dados partir de relatórios e informações extraídas de sites do PROMO, Receita Federal,

FUNCEX e outros. No desenvolver desse texto, algumas questões serão levantadas e as suas respectivas respostas, terão como base à vasta bibliografia pesquisada. Com base nas considerações levantadas, este trabalho tem o propósito de refletir sobre:

- Há razão de temer a ALCA?
- Qual será o impacto da ALCA na economia baiana?
- A ALCA interessa de fato ao Brasil?
- Quais os temas que interessam ao comércio exterior baiano?

Na próxima seção, irei falar da formulação da ALCA e dos seus principais aspectos. Na seção seguinte, demonstrarei a opinião de especialistas brasileiros e estrangeiros, sobre os efeitos da ALCA no Brasil, nos Estados Unidos e na América Latina. Logo após, falarei da evolução e do atual perfil do comércio exterior baiano. Na seção que segue, falarei das perspectivas do comércio exterior baiano. E por último, as considerações finais sobre o tema em análise.

2 A ORIGEM E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA

Esta seção visa fazer um levantamento das várias fases de discussões sobre a possibilidade de se criar um mercado livre no interior das três Américas (Norte, Central, Sul), que pretende ser o maior bloco econômico do planeta, reunindo os 34 países do continente americano – que juntos somam um Produto Interno Bruto de quase US\$ 11 trilhões e mais de 808 milhões de habitantes. Somente Cuba, por rejeição dos EUA, está de fora das negociações deste tratado. Para a sua efetivação, várias áreas temáticas foram formadas para que sejam feitas as negociações entre os países membros.

A idéia de integrar comercialmente o continente americano, derrubando suas barreiras tarifárias e não-tarifárias, começou a ser pensada a partir do final da década de 80, na Rodada do Uruguai (RU). A RU gerou compromissos significativos para o comércio internacional, ao impor reduções nas barreiras entre os diferentes países. Além disso, a Rodada do Uruguai especificou reduções nas distorções existentes, em relação aos subsídios à produção doméstica para agricultura, aos subsídios às exportações agrícolas e às tarifas sobre importações. Entretanto, tais distorções ainda estão presentes em diversos países, e a integração pura e simples com países que oferecem subsídios à produção e à exportação poderá gerar conseqüências danosas à economia que se integra. Por conta disso, na Rodada do Uruguai, ficou constatada a necessidade de um novo paradigma de agenda negociadora, com a incorporação de negociações de políticas e disciplinas à tradicional negociação de produtos.

A partir desse momento, o foco das negociações multilaterais comerciais deslocou-se da redução das barreiras ao comércio de mercadorias para a negociação de regras e disciplinas aplicáveis a temas tão diversos quanto ao comércio de bens e serviços, os investimentos internacionais, as políticas industriais nacionais e os direitos de propriedade intelectual. Este enfoque, permeou as negociações do NAFTA¹ e do Mercosul², reaparecendo com força nas discussões sobre a constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)³.

¹ Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (que engloba Estados Unidos, Canadá e México)

² Mercado Comum do Cone Sul (que engloba Argentina, Brasil, Chile e Uruguai).

³ Trata-se da liberalização das tarifas entre os países membros.

2.1 ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO

Durante o governo de George Bush – pai do atual presidente norte-americano, George W. Bush – em junho de 1990, foi lançada a chamada “Iniciativa das Américas”, com o principal objetivo de formar uma área de livre comércio no continente, criando melhores condições de acesso a mercados e constituindo um foro de negociação dos conflitos nos setores de comércio de bens e serviços, investimentos e propriedade intelectual. A partir daí, os encontros para tratar dos temas que compõem os acordos para a formação da ALCA, se iniciaram na Primeira Cúpula Presidencial de Miami, em dezembro de 1994, onde foi dado o primeiro grande passo em direção a ALCA. Nesse encontro os Chefes de Estado e de Governo das 34 democracias da região decidiram então criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual serão eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento. Segundo (AVERBUG, 1999, p. 03), em Miami, os 34 líderes concordaram em aumentar a cooperação e a integração hemisférica, incluindo a formação de uma área de livre comércio continental até 2005, e se comprometeram em aumentar a abertura de seus mercados, esforçando-se em estipular acordos equilibrados e compreensivos nas áreas de barreiras tarifárias e não-tarifárias, agricultura, subsídios, investimentos, direitos de propriedades intelectuais, procurações governamentais, serviços, barreiras técnicas ao comércio, salvaguardas, regras de origem, leis *antidumping*, procedimentos sanitários e fitossanitários, resolução de disputas e políticas de competição.

No Plano de Ação delineado nesse fórum, foi decidido que o Comitê Especial de Comércio (CEC) da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizaria a sistematização e a análise comparativa de todos os acordos vigentes no hemisfério. Já na primeira cúpula presidencial, ficou clara a ambição da ALCA, lideradas pelos Estados Unidos, limitava-se à consolidação de uma zona de livre comércio continental, nunca à formação de um mercado comum⁴. Ainda nesse fórum, os 34 líderes acordaram que as negociações referentes a esse acordo seriam concluídas até o ano 2005, comprometeram-se também a alcançar progressos substanciais no estabelecimento da ALCA até o ano 2000, e que os ministros de comércio de cada país se reuniriam num prazo de seis meses para avaliar os progressos obtidos desde o primeiro encontro presidencial.

⁴ Trata-se de um estágio mais avançado de livre comércio, onde existe a circulação indiscriminada de mão-de-obra, serviços e de produtos.

É necessário salientar que a ALCA não se restringe à criação específica de uma área de livre comércio, onde apenas são eliminadas as barreiras comerciais entre os países membros. Já que neste acordo, temas de regulamentação de atividades econômicas seriam tratados.

Em 30 de junho de 1995 aconteceu em Denver, nos Estados Unidos, a Primeira Reunião Ministerial de Comércio, onde se enfatizou que as negociações da ALCA deveriam ser concluídas até 2005, e para tal se formaria grupos de trabalho em sete áreas consideradas essenciais ao processo de integração: Acesso a Mercados; Procedimentos Alfandegários e Regras de Origem; Investimentos; Padrões e Barreiras Técnicas ao Comércio; Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; Subsídios, *Antidumping*, e Direitos Compensatórios; Economias menores. Cada grupo se tornou responsável por termos de referência específica, com o compromisso de compilar informações, identificar problemas e fazer recomendações de como proceder nas suas respectivas áreas.

Na Segunda Reunião Ministerial de Comércio, que aconteceu em 20 e 21 de março de 1996, na cidade de Cartagena, na Colômbia, ocorreu a elaboração de quatro novos grupos de trabalho, pelos ministros dos países membros.

Para cumprir com os compromissos contraídos em Denver, criamos grupos de trabalho adicionais, nas seguintes áreas: Compras Governamentais, Direitos de Propriedade Intelectual, Serviços, e Política de Concorrência. (ALCA-BLOCO, 2004)

Na Cúpula de Cartagena, foi quando começou a se questionar a tangibilidade do prazo de conclusão das negociações estipulado em Miami. Os grupos de trabalho receberiam assistência técnica de um Comitê Tripartite formado pela OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A Terceira Reunião Ministerial ocorreu em Belo Horizonte (Cúpula de Belo Horizonte), em 16 de maio de 1997. As diversas propostas de interação foram examinadas e após excessivas discussões chegaram à conclusão de como se daria a formulação da ALCA.

Nesse encontro, ficou decidido que o prazo para a conclusão das negociações seria até 2005, foi criado mais um grupo de trabalho, o Solução de Controvérsias. Os 12 grupos funcionavam da mesma forma, sendo-lhes definidos termos de referência nas suas respectivas áreas, e tinham como objetivo reunir informações, gerar banco de dados e produzir análises e sugestões, sempre que necessário, para o desenvolvimento das negociações. Além disso, outros pontos relevantes que foram acordados nessa Cúpula foram:

- O resultado das negociações da ALCA constituirá um empreendimento único (*Singer undertaking*);
- A ALCA será compatível com os acordos da OMC;
- Os países poderão negociar ou aderir à ALCA individualmente ou como membros de um grupo de integração sub-regional;
- Atenção especial deve ser dada às economias menores;

A Quarta Reunião Ministerial ocorreu em São José, Costa Rica, em março de 1998, onde se confirmou que as negociações da ALCA se dariam na Segunda Cúpula Presidencial de Santiago, em abril. Entretanto, o principal ponto da Declaração de São José foi à formação de nove grupos de negociação, cada um deles responsável pelas negociações na sua área específica e seguindo um programa de trabalho estipulado pelo Comitê de Negociação Comercial (CNC), formado pelos vice-ministros. Os 12 temas dos antigos grupos de trabalho foram fundidos nos grupos de negociação ou eliminados, e novas áreas como agricultura, por exemplo, foram instituídas. A cada grupo designou-se um país presidente e um vice, levando-se em conta a necessidade de manter um equilíbrio geográfico entre as nações. Segundo a Declaração de São José, “o trabalho dos diferentes grupos poderiam estar inter-relacionados, como no caso de agricultura e acesso a mercados, serviços e investimentos, política de concorrência e subsídios, *antidumping* e direitos compensatórios, entre outros”. O CNC identificará os vínculos e definirá os procedimentos apropriados para assegurar uma efetiva e oportuna coordenação. Outro importante acordo firmado em São José diz respeito à rotatividade da presidência da ALCA. O país que exerce a presidência do bloco sediará as futuras reuniões ministeriais e presidirá a CNC.

Na Segunda Cúpula Presidencial das Américas, que aconteceu em Santiago do Chile, em

abril de 1998, teve como tema central a educação, não ocorrendo mudanças nas políticas comerciais. Os líderes acordaram adotar um conjunto de ações, com vistas a melhorar o acesso a uma educação de qualidade, mediante o treinamento de professores, o ensino de valores cívicos e o uso das tecnologias da informação, tanto nas salas de aula quanto na avaliação do progresso para a implementação desses compromissos. Melhores políticas e investimentos crescentes em nossos sistemas de educação ajudarão a reduzir as disparidades de renda e a brecha digital em nosso Hemisfério. Outros temas não comerciais foram abordados, tais como: direitos humanos; liberdades de imprensa, expressão e informação; pobreza; corrupção; lavagem de dinheiro; terrorismo; tráfico de armas; narcotráfico; e meio ambiente.

Nesse evento, os Chefes de Estados e de Governo participantes acordaram que o processo de negociação deveria ser transparente e levaria em conta as diferenças dos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias das Américas a fim de facilitar a plena participação de todos os países. Além disso, acordaram que as negociações deveriam visar a contribuir para elevar os níveis de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente. Além disso, [foi](#) fixado um prazo para o encerramento das negociações, janeiro de 2005. Porém, por conta dos vários impasses criados, houve um atraso na agenda.

A Quinta Reunião Ministerial aconteceu em Toronto, Canadá, em 4 de novembro de 1999, onde foi adotado um método temático para a facilitação de negócios e o trabalho inicial foi concentrado nas áreas de procedimentos aduaneiros e de maior transparência, em resposta às prioridades identificadas pelas comunidades empresariais.

Na área aduaneira foi acordado implementar, a partir de 10 de janeiro de 2000, as oito medidas específicas que constam nesta declaração. As medidas são:

- 2 Importação Temporária / Admissão Temporária de Determinados Bens Relacionados com Viajantes de Negócios;
- 3 Envios Expressos;
- 4 Procedimentos Simplificados para Envios de Baixo Valor;
- 5 Sistemas Compatíveis de Intercâmbio Eletrônico de Dados e Elementos de Dados Comuns;

- 6 Sistemas Harmonizados de Descrição e Codificação de Mercadorias;
- 7 Disseminação de Informação Aduaneira / Guia Hemisférico de Procedimentos Aduaneiros;
- 8 Códigos de Conduta para funcionários Aduaneiros;
- 9 Análise de Risco / Metodologia de Seleção;

Estas medidas contribuirão significativamente para a realização de negócios no hemisfério, através da redução dos custos das transações e da criação de um ambiente comercial mais consistente e previsível.

Também foi acordado em Toronto, que a facilitação dos negócios é um processo contínuo e o CNC deveria:

- Supervisionar a implementação plena destas medidas até a data prevista para na próxima reunião ministerial;
- Facilitar a prestação de assistência técnica para a implantação das medidas, em particular para as economias menores;
- Revisar os avanços ocorridos e relatar por ocasião da próxima reunião;
- Identificar, considerar e recomendar medidas adicionais de facilitação de negócios, recorrendo a especialistas, caso seja, apropriado, e relatar na próxima reunião.

Além disso, em relação às negociações multilaterais futuras sobre a agricultura, foi acordado que:

1. Trabalhar com o objetivo de alcançar um acordo, nas próximas Negociações Multilaterais sobre Agricultura da OMC, relativo à eliminação dos subsídios às exportações de produtos agrícolas e à proibição de sua reintrodução sob qualquer forma;
2. Trabalhar para o obter o cumprimento, o antes possível, de todos os compromissos assumidos no Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai;
3. Trabalhar com a finalidade de alcançar disciplina de alcançar disciplinas sobre outras práticas e medidas que distorcem o comércio, nas próximas Negociações Multilaterais sobre Agricultura da OMC.

Na Sexta Reunião Ministerial, realizada em Buenos Aires em abril de 2001, uma série de

importantes decisões foi tomada com relação às negociações sobre a ALCA. Os ministros receberam dos Grupos de Negociação a minuta do acordo da ALCA e, em uma decisão sem precedentes destinada a aumentar a transparência do processo, acordaram tornar público esse documento. Foi criado o Comitê Técnico de Assuntos Institucionais com o propósito de decidir sobre a estrutura geral da ALCA (aspectos gerais e institucionais). Os ministros também destacaram a necessidade de promover o diálogo com a sociedade civil, para poder absorver as suas sugestões sobre os temas relacionados com processo da ALCA.

Já na Terceira Cúpula Presidencial das Américas, que ocorreu entre os dias 20 e 22 de abril de 2001, em Quebec, no Canadá. O Plano de Ação desse encontro visou fortalecer a democracia representativa, promover a boa governança, proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Além disso, durante essa reunião, foram colocados em pauta pontos de suma importância, que tratam da equidade sócio-econômica, da segurança, e do meio ambiente e etc. Segundo (ALCA-BLOCO, 2004), os 34 líderes combinaram que todos os países deveriam:

- Criar maior prosperidade e expandir as oportunidades econômicas, ao mesmo tempo em que se fomenta a justiça social e a realização do potencial humano;
- Respeitar integralmente os direitos humanos e as liberdades fundamentais sendo amparado pelos princípios e convicções que são por todos compartilhados;
- Preservar a paz e a segurança mediante a utilização efetiva dos instrumentos hemisféricos de resolução pacífica de controvérsias e a adoção de medidas de fomento da confiança e da segurança. Respeitar os princípios do direito humanitário internacional, condenar, enfaticamente, todo e qualquer ataque à população civil;
- Combater as novas e multidimensionais ameaças à segurança das sociedades. Entre tais ameaças, o problema mundial das drogas e crimes correlatos, o tráfico ilegal e o uso criminoso de armas de fogo, o crescente perigo representado pelo crime organizado e o problema geral da violência em nossas sociedades. Adotar estratégias multi-setoriais e combater a HIV/AIDS e suas conseqüências;

- Ter economias livres e abertas, com acesso a mercados, fluxos sustentáveis de investimento, formação de capital, estabilidade financeira, políticas públicas adequadas, acesso à tecnologia e desenvolvimento e treinamento de recursos humanos são a chave para reduzir a pobreza e as desigualdades, elevar o padrão de vida e promover o desenvolvimento sustentável;
- Assegurar que as negociações do Acordo ALCA sejam concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005, para buscar sua entrada em vigor o quanto antes, até, no máximo, dezembro de 2005;
- Fortalecer a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, com vistas a assegurar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental, na medida em que esses objetivos são interdependentes e se reforçam mutuamente. Por isso, o objetivo é alcançar o desenvolvimento sustentável em todo o Hemisfério;
- Criar maiores oportunidades de emprego, melhorar a qualificação dos trabalhadores e aprimorar as condições de trabalho em todo o Hemisfério;
- Empreender iniciativas de energia renovável, promover a integração energética, aprimorar o marco regulatório e sua implementação, promovendo os princípios do desenvolvimento sustentável;
- Reduzir em 50%, até o ano 2015, da proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema;
- Promover programas que aprimorem a agricultura, a vida rural e o agro-comércio como uma contribuição essencial à redução da pobreza e ao fomento do desenvolvimento integral;
- Fortalecer a cooperação hemisférica e as capacidades nacionais com vistas a desenvolver uma abordagem mais integrada para enfrentar os desastres naturais;
- Assegurar aos migrantes, tratamento humano e digno, proteção legal adequada, defesa dos direitos humanos, bem como condições de trabalho seguras e saudáveis. Fortalecer os mecanismos de cooperação hemisférica, com vistas a atender às legítimas necessidades dos migrantes e a tomar medidas efetivas contra o tráfico

de seres humanos;

- Adotar um conjunto de ações, com vistas a melhorar o acesso a uma educação de qualidade, mediante o treinamento de professores, o ensino de valores cívicos e o uso das tecnologias da informação, tanto nas salas de aula quanto na avaliação do progresso para a implementação desses compromissos;
- Zelar por uma boa saúde e pela igualdade de acesso à atenção médica e ao sistema de saúde, bem como a medicamentos de custo acessível são vitais para o desenvolvimento humano e a implementação dos objetivos políticos, econômicos e sociais;
- Proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos, incluindo os marginalizados, os portadores de deficiência e aqueles em situação de vulnerabilidade ou que requeiram proteção especial. Assumir o compromisso de erradicar todas as formas de discriminação, incluindo racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas conexas de intolerância em nossas sociedades, assim como de promover a igualdade de gênero e lograr a plena participação de todos na vida política, econômica, social e cultural de nossos países;

Durante a Sétima Reunião Ministerial da ALCA, realizada em 1º de novembro de 2002 em Quito, Equador, os Ministros adotaram várias medidas para dinamizar as negociações. Entre outros aspectos, eles confirmaram o calendário para intercâmbio das ofertas iniciais de acesso a mercados, fixaram os prazos em que as novas minutas do acordo da ALCA deveriam estar concluídas, orientaram algumas das entidades da ALCA na solução de questões de suas negociações e disponibilizaram imediatamente a segunda minuta do acordo da ALCA na página eletrônica oficial da ALCA nos quatro idiomas oficiais. Os ministros também tornaram público o documento do Comitê de Negociações Comerciais sobre as Pautas ou Diretrizes para o Tratamento das Diferenças nos Níveis de Desenvolvimento e Tamanho das Economias.

Em Quito, os ministros aprovaram o Programa de Cooperação Hemisférica (PCH), destinado a desenvolver a capacidade dos países que buscam assistência para participar das negociações, implementar seus compromissos comerciais, enfrentar os desafios da

integração hemisférica e elevar ao máximo os benefícios da referida integração. O Comitê de Negociações Comerciais (CNC), apoiado pelo Grupo Consultivo sobre Economias Menores (CGEM), foi incumbido de supervisionar o PCH. Nesse contexto, os ministros instruíram o CNC a que, com o apoio do Comitê Tripartite, facilitasse a realização de reuniões do GCEM, convidando funcionários envolvidos com as áreas de desenvolvimento e finanças, instituições financeiras internacionais, organismos internacionais e entidades privadas interessadas com a finalidade de analisar o financiamento e a implementação do PCH, e informasse as ações empreendidas nesse sentido à próxima reunião ministerial.

Os Ministros reiteraram ainda a necessidade de uma crescente participação da sociedade civil no processo da ALCA e estimularam todos os países do Hemisfério a fortalecer e aprofundar seus processos de consulta com a sociedade civil, paralelamente às reuniões ministeriais e vice-ministeriais, bem como a que se organizem seminários regionais e nacionais relacionados com o processo de conformação da ALCA.

A Oitava Reunião Ministerial foi realizada em Miami em 20 de novembro de 2003, nela os Ministros reiteraram seu compromisso com a Área de Livre Comércio das Américas. Os Ministros instruíram o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) no sentido de formular um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países. As negociações sobre o conjunto comum de direitos e obrigações incluirão disposições em cada uma das seguintes áreas de negociação: acesso a mercados; agricultura; serviços investimento; compras governamentais; propriedade intelectual; política de concorrência; subsídios, *antidumping* e direitos compensatórios; e solução de controvérsias. As partes interessadas poderão optar pelo desenvolvimento de liberalizações e disciplinas adicionais, de maneira plurilateral.

Além disso, os ministros reafirmaram o compromisso de levar em consideração, na formulação da ALCA, as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do hemisfério, a fim de que sejam criadas oportunidades para a sua plena participação e para o incremento de seu nível de desenvolvimento.

Os Ministros também tomaram nota em particular da decisão de realizar reuniões com a sociedade civil, em que sejam focalizadas as questões que constituem temas de discussão

nessas negociações e incluem uma ampla representação tanto de funcionários governamentais da ALCA quanto da sociedade civil, inclusive dos setores de negócios e do trabalho, produtores agrícolas, ONGs, e grupos acadêmicos, rurais e indígenas.

Ocorreu em Mar Del Prata, na Argentina, em 5 de novembro de 2005, a Quarta Cúpula das Américas. Como nas outras Cúpulas das Américas, outros temas também foram discutidos nas reuniões da ALCA. Nesse evento, os Chefes de Estados e de Governo dos países democráticos das Américas, reafirmaram o compromisso de combater a pobreza, a desigualdade, a fome e a exclusão social para elevar as condições de vida dos povos e reforçar a governabilidade democrática das Américas.

Além dos aspectos já mencionados, neste evento ficou claro que deve haver uma distribuição equitativa dos benefícios do crescimento econômico, um aumento dos níveis de vida do hemisfério, a eliminação da fome, a criação de novas fontes de emprego e a promoção do espírito empreendedor. Apesar das dificuldades que tem ocorrido nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), os líderes das nações reconheceram a contribuição significativa que os processos de integração econômica e a liberação do comércio nas Américas podem e devem provocar nos objetivos da Cúpula de criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática. Logo os líderes das nações envolvidas reafirmaram o compromisso em torno de um acordo ALCA equilibrado e compreensivo que seja direcionado para a expansão dos fluxos comerciais em nível global, havendo um comércio livre de subsídios, com benefícios concretos e sustentáveis para todos, na medida em que é levado em conta, as diferenças dos níveis de desenvolvimento e do tamanho das economias participantes, dando um tratamento especial e diferenciado para as economias pequenas e vulneráveis.

2.2 A POSIÇÃO DO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES

No Brasil, a abertura do comércio através da eliminação das tarifas, pode provocar duas coisas, por um lado, deixará a economia muito exposta à concorrência internacional, pois

facilitaria a entrada de produtos manufaturados e tecnologicamente mais avançados, em que somos poucos competitivos. Isso desestimularia a atividade de pesquisa e desenvolvimento do país, e a perda da soberania nacional. E por outro lado, obteríamos ganhos com o acesso a mercados restritos, como o norte-americano. Entretanto, para ter um maior acesso ao mercado norte-americano, principal interesse do governo brasileiro, não depende exclusivamente da eliminação de tarifas, pois o protecionismo norte-americano se apóia em barreiras não tarifárias. Estas barreiras são fruto da ação de *lobbies* de produtores, que fazem pressões sobre o Congresso e são expressas principalmente, através de subsídios agrícolas e da política *antidumping*. É interessante ressaltar que os produtores dispõem de representantes no congresso americano, que por eles foram eleitos e de que deles dependem totalmente.

O governo norte-americano resiste em discutir a questão das barreiras não-tarifárias da ALCA, alegando que esse tema deve ser tratado em negociações multilaterais, já que está presente na pauta da Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa dificuldade fica evidente no conturbado processo de aprovação do *Trade Promotion Authority* - conhecido como "*fast track*" - pelo Congresso dos Estados Unidos. Este projeto devolve ao Poder Executivo a autoridade para negociar acordos econômicos. No entanto, a concessão só foi feita mediante a inclusão de duas cláusulas que resguardam os interesses protecionistas norte-americanos: uma prevê tratamento diferenciado para uma lista de trezentos produtos sensíveis, e outra dá aos Estados Unidos o direito de tomar medidas compensatórias quando a competitividade de outros países for aumentada devido a desvalorizações monetárias. Porém, devemos lembrar que haverá uma redução dos ganhos de comércio dos outros países, pelo fato dos Estados Unidos serem a maior potência mundial e de terem os maiores ganhos de competitividade.

O Brasil está atuando nas negociações da ALCA como membro do Mercosul e não como um país isolado. Aparentemente, o objetivo dos Estados Unidos é o Mercosul, e mais especificamente o mercado brasileiro, já que o PIB brasileiro é um dos 15 maiores do mundo. A economista Maria da Conceição Tavares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), acredita que: "A consolidação da ALCA depende da adesão brasileira, mas o Brasil não depende desse acordo para desenvolver seu comércio externo".

Os norte-americanos estão propondo que a ALCA seja implantada, tendo barreiras alfandegárias apenas para alguns poucos produtos, e que estas seriam diminuídas gradativamente. Para o Brasil e demais países da América Latina, a integração do comércio nas Américas deve acontecer de forma mais lenta, permitindo ajustamentos destes países frente a maior potência do mundo, os Estados Unidos. Pois, eliminar as tarifas industriais a curto prazo ou em um espaço de 10 anos, significaria a destruição ou a alienação das empresas nacionais. O ideal é que o prazo seja bastante longo, pelo menos 20 anos, para que setores embrionários, como o químico, o eletrônico, o de tecnologia da informação e o de biotecnologia, possam se desenvolver e melhorar a competitividade de suas indústrias. De acordo com (AVERBUG, 1999, p. 12), o Mercosul defende que as negociações deveriam passar por três fases: a) medidas de facilitação de negócios; b) temas que implicassem acesso a mercado; e c) negociações substantivas. Os EUA defendem a implementação de um cronograma de liberalização comercial mais abrangente e realizado de forma mais rápida, isto é, a negociação deve acontecer de uma só vez, ignorando-se as etapas mencionadas.

Um dos entraves para a implantação da ALCA é o modo de tratar aspectos específicos da negociação sobre serviços. Em relação à questão dos serviços, o governo brasileiro insiste que as regras não podem extrapolar as da Organização Mundial do Comércio. Outro entrave é o que diz respeito à propriedade intelectual. A política norte-americana entende que a patente concedida no país de origem deveria ser válida para os demais países. Entretanto, o Brasil e outras nações adotam um critério territorial, pelo qual as patentes são concedidas por cada país, permitindo seu desenvolvimento tecnológico. Os Estados Unidos pretendem que haja um aumento da proteção das patentes para produtos farmacêuticos, o que reduzirá a possibilidade de países como o Brasil de produzir medicamentos genéricos. Isto é, a proposta defendida pelos Estados Unidos, é que os países possam impor sanções comerciais em disputas sobre propriedade intelectual, ou seja, além de limitar capacidade brasileira de promover políticas de saúde fundamentais, isso também colocaria em risco concessões em bens agrícolas e industriais, porque elas poderiam ser retiradas no caso de se considerar que um país está sendo ineficaz em implementar sua própria legislação de propriedade intelectual.

A questão da liberalização da agricultura é o principal entrave das negociações, pois engloba diversos tipos de barreiras, destacando-se subsídios agrícolas, o antidumping e as

barreiras técnicas⁵. Estas barreiras estão ligadas na sua maioria, a questões ambientais cujos principais produtos brasileiros atingidos são: soja, café, açúcar e suco de laranja. O Brasil está condicionando a abertura em setores como o de serviços e compras governamentais ao fim dos subsídios agrícolas dados pelos países ricos a seus produtores rurais. Um exemplo disso foi à aprovação de um pacote de subsídios para o setor agrícola chamado *Farm Bill 2002*. O problema é que os EUA não estão dispostos a abrir mão dessa atitude, e cada vez mais travam os acordos multilaterais de comércio.

Logo se conclui que em relação a ALCA, o governo brasileiro deve agir com cautela, pois atitudes tomadas agora irão influenciar a estrutura econômica interna nacional, podendo levar os diversos setores produtivos ao sucesso ou condená-los ao fracasso. Por conta disso, o Brasil deve prolongar o período de negociação, para que sejam asseguradas a remoção das barreiras alfandegárias, a redução de tarifas e a eliminação de medidas que mantenham a simetria na competitividade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

3 ANÁLISES DOS ESPECIALISTAS

Esta seção, expõe a opinião de especialistas em comércio exterior do país e estrangeiros sobre a Área de Livre Comércio das Américas. Os especialistas analisam através de estudos empíricos e quantitativos, as oportunidades e desvantagens para o Brasil e para o resto do continente americano.

⁵ São barreiras comerciais derivadas da utilização de normas ou regulamentos técnicos não-transparentes e/ou não-embasadas em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação e de certificação de conformidade não transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas.

3.1 EFEITOS DA ALCA NA ECONOMIA BRASILEIRA

Segundo (COUTINHO, 1998 p.07), o nosso mercado exportador é muito fragilizado por causa do baixo nível de desenvolvimento e internacionalização, que impossibilita influir nas políticas comerciais locais. Existe a necessidade de aumentar a competitividade dos produtos brasileiros, para que sejam minimizadas as perdas com o acordo, pois com a abertura comercial o mercado doméstico poderia sofrer um impacto maior que o sofrido no início da década de 90. Além disso, os Estados Unidos mantêm negociações com outros blocos econômicos em paralelo com a ALCA (União Européia e Ásia). A partir do momento que fossem feitas concessões a esses outros eixos, os produtos brasileiros perderiam a margem da preferência da ALCA e, ao mesmo tempo, sofreriam o impacto da maior abertura do espaço doméstico.

É por isso que ele conclui que a ALCA “apresentará uma perspectiva de ganhos limitados e de riscos desproporcionais e elevados para a economia brasileira”. (COUTINHO, 1998, p. 08).

Por conta disso, (COUTINHO, 1998, p.08) propõe que o Brasil busque, simultaneamente, uma política de integração multilateral com os três grandes blocos ou agrupamentos (ALCA, UE, Ásia) e conclui que a ALCA poderá representar uma oportunidade comercial e de investimento relevante para o Brasil e Mercosul, dado que essas condições forem construídas ao longo do tempo com persistência e determinação. As condições seriam:

- O desenvolvimento de empresas grande porte, capazes de atuar globalmente.
- O desenvolvimento de novas especializações competitivas em setores de alto valor agregado, que consigam acumular capacitação tecnológica e a formação de núcleos endógenos de inovação nos sistemas empresariais.
- A habilitação do estado na implementação das políticas contemporâneas de proteção contra o comércio desleal, regulação dos monopólios e da concorrência, permitindo a instituição de trajetórias produtivas dinâmicas e sustentadas.

Segundo o texto de (AVERBUG apud CARVALHO; PARENTE, 1998, p.13), a ALCA significaria uma grande perda para o Brasil, devido a um aumento das suas importações

relativamente maior que o das exportações, provocando um déficit na balança comercial. Isso dever-se-ia ao fato de boa parte do comércio brasileiro no hemisfério já haver sido beneficiada pela criação do Mercosul e os Estados Unidos possuem maior competitividade. Ambos alertam também para o problema das diferenças tarifárias entre os potenciais membros da ALCA, lembrando que enquanto nossas importações seriam beneficiadas por uma redução de cerca de 8,81% da tarifa média, cerca de 80% das nossas exportações seriam beneficiadas pela redução de menos de 5,7% na tarifa média dos outros países.

O economista Marcelo de Paiva Abreu, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RIO), acredita que o acordo vai significar o acesso privilegiado de produtos brasileiros aos mercados de outros países, gerando um aumento nas exportações. Por outro lado, o mercado nacional também vai se abrir aos produtos estrangeiros, acirrando a concorrência interna. Ele afirma também que a redução das tarifas beneficiaria os produtos brasileiros que sofrem com a proteção norte americana, os chamados produtos sensíveis, como suco de laranja, aço, siderúrgicos, calçados e fumo, ampliando a sua fatia de mercado. Em contrapartida, os setores atualmente protegidos no Brasil, como o manufactureiro, o de produtos eletrônicos e o de informática, seriam afetados em termos de produção. “As tarifas só interessam a determinados grupos. A abertura econômica, ao estimular a concorrência, favorece os consumidores e a própria economia do país”. Abreu assume que a redução de tarifas significa a diminuição da indústria doméstica, mas argumenta que pode ocorrer uma reorientação de capital e trabalho para setores em que o Brasil seja efetivamente competitivo, afastando a possibilidade de perdas líquidas.

Segundo (GARCIA, 1998, p.15), a ALCA não é vista como boa oportunidade para o Brasil, já que os nossos interesses divergiram tanto dos Estados Unidos quanto dos países menores. Isso porque “os países pequenos, de economia menos complexa, com reduzido mercado interno, fortemente voltado para exportação e em busca de constituir poucos nichos no exterior, pode se beneficiar de um acordo de livre comércio do qual faça parte os Estados Unidos, desde que os itens que integram a sua pauta de exportação não encontrem concorrência significativa nos Estados Unidos”. Por outro lado “países de economia complexa – como é o caso do Brasil -, com importante mercado interno, terão mais dificuldades junto ao mercado norte-americano na medida em que muitos dos produtos,

sobretudo os de valor agregado sofrerão concorrência fortíssima com os daquele país, podendo ser objeto de ações de *dumping* ou de medidas protecionistas extra-aduaneiras”. Sugere-se ainda que a proposta norte-americana de formação da ALCA através da ampliação do NAFTA teria o objetivo de enfraquecer e isolar o Brasil, limitando sua influência nas negociações regionais, e evitar os traumas e dificuldades decorrentes de uma negociação coletiva continental.” Garcia (1998) conclui:

- Ao se enfrentar o debate sobre o projeto nacional de desenvolvimento, terá sido dada uma resposta definitiva sobre o problema da ALCA;
- Não parece que a política radical de livre comércio seja compatível com a sobrevivência da economia brasileira com um mínimo de autonomia;
- O fortalecimento, com expansão do Mercosul, da mesma forma com que o prosseguimento da política vis-à-vis a América do Sul, aumenta o poder de barganha do Brasil na negociação da ALCA;
- O aprofundamento das relações Mercosul - UE cria contrapesos fundamentais em relação às pressões da ALCA;

O economista Reinaldo Gonçalves, do Departamento de Economia Internacional do Instituto de Economia da UFRJ, acredita que a regressão do sistema econômico nacional, provocada pela reprimarização das exportações. Isso significaria a dependência cada vez maior de produtos primários pelas exportações brasileiras. “É como se o Brasil voltasse ao século XIX”. (É válido salientar que nesse período o principal produto brasileiro exportado era o café). Segundo Gonçalves, a abertura econômica apesar de beneficiar alguns setores de agronegócios, recoloca o Brasil em uma trajetória de instabilidade, crise e atraso crescente em relação aos Estados Unidos e os outros países desenvolvidos. “Facilitar o acesso ao mercado norte-americano para exportar soja para alimentar os porcos dos EUA não é vantajoso. É preferível orientar a produção agrícola nacional para alimentar o povo brasileiro. O governo deve negociar o acesso para produtos que tenham valor agregado e que sejam controlados por empresas brasileiras”.

Para Renato Baumann, Diretor do escritório da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) no Brasil e professor da Universidade de Brasília (UNB), acredita que a diversidade e o tamanho do parque industrial brasileiro vão permitir que o país explore nichos de mercado nos outros 33 parceiros do acordo, mas ressalta que o governo precisa

ficar atento às negociações de temas paralelos, como legislação interna da concorrência.

A economista Maria da Conceição Tavares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), alerta que a criação de comércio⁶ que seria proporcionada pelo amplo acesso aos mercados é um falso brilhante. “Na realidade, quase 50% do nosso comércio externo já se realiza dentro da região que a ALCA vai abranger e, no caso dos manufaturados, essa taxa de participação alcança 66%”.

Em (ARAÚJO JÚNIOR, 1998, p.09), é feita uma análise sobre riscos e oportunidades da ALCA para o Brasil, pela perspectivas da união continental, revelando seus prós e contras sob seis diferentes ângulos: fundamentos econômicos, inserção internacional da economia brasileira, interesses exportadores, estabilidade monetária, projeto Mercosul, e agenda de negociações. O texto apresenta um marco conceitual para explicar a superposição dos processos de regionalização e globalização, e esse aspecto analítico é usado na abordagem dos aspectos relacionados com a competitividade e a inserção internacional das economias da região.

E concluiu que existem 11 riscos e 10 oportunidades que a integração pode vir a oferecer à economia brasileira. Os riscos são decorrentes, principalmente, do atraso tecnológico de certos segmentos da indústria nacional, da inconsistência das políticas governamentais, da heterogeneidade dos países que participam do projeto e do formato atual da agenda de negociações. Por outro lado, as oportunidades estariam ligadas à melhora na qualidade do gasto público brasileiro, ao fortalecimento do marco regulador das condições de concorrência, às novas funções a serem cumpridas pelo governo e pelo setor privado no plano internacional e à recuperação da competitividade da indústria nacional.

As conclusões de ARAÚJO, estão no quadro 1 abaixo:

Tema	Riscos	Oportunidades
Fundamentos Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> - Várias firmas brasileiras ainda operam com vetores de produção inadequados e não estão preparadas para enfrentar uma redução da proteção - Fatores institucionais impedem a redução dos custos de transação no 	<ul style="list-style-type: none"> - A integração hemisférica gera pressões para acelerar a reestruturação das firmas industriais instaladas no Brasil - Maior transparência das condições de concorrência nos mercados que

⁶ È quando ocorre, a substituição da produção nacional (obtida a custos mais altos), por uma produção proveniente de um país parceiro a custos mais baixos, gerando um novo fluxo de comércio entre os dois países, ou o aumento do comércio já existente.

	Brasil	integram a ALCA
Inserção internacional da Economia Brasileira	- O projeto da ALCA supõe que o Brasil tenha regras estáveis de comércio exterior: taxas de câmbio equilibradas e alíquotas de importação duradouras.	- Recuperação da competitividade das exportações brasileiras no mercado norte-americano - Consolidação dos vínculos econômicos na América do Sul
Interesses Exportadores	- Entre os membros da ALCA, os interesses na formação de um mercado unificado são assimétricos. - Apenas quatro países da região têm pauta de exportação diversificada	- Elevação dos gastos públicos em ciência e tecnologia (C & T) - Criações das condições estimularam o setor privado a cumprir as suas funções schumpeterianas
Estabilidade Monetária	<ul style="list-style-type: none"> • Vários países da América Latina usam âncoras cambiais para combater a inflação • O dólar não é a âncora adequada para um eventual Sistema Monetário da Américas (SMA) • O Brasil não tem o controle fiscal requerido para a coordenação macroeconômica regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Se Argentina, Brasil, Canadá e México harmonizassem as suas políticas cambiais, suas moedas serviriam de âncora inicial para formar o SMA e orientar a convergência das políticas macroeconômicas no hemisfério.
Projeto Mercosul	- Até agora, a expansão comercial no Mercosul não foi afetada pelas deficiências de seus mecanismos institucionais, mas o avanço da integração requer a superação dessas limitações.	- Apesar do irrealismo das metas do protocolo de Fortaleza, a implantação de um marco regulador da concorrência é fundamental para a consolidação do Mercosul.
Agenda de Negociações	<ul style="list-style-type: none"> • A atual agenda da ALCA contém quatro lacunas importantes: a questão monetária, as ajudas estatais, C&T e política agrícola. Tais lacunas impedem que assimetrias do hemisfério sejam tratadas adequadamente. • O Brasil não dispõe de instrumentos para formular estratégias eficientes de negociação internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • As negociações da ALCA estimulam a transparência e a coerência das políticas domésticas. • A negociação dos temas relativos à regulação dos mercados domésticos abre novas oportunidades de cooperação técnica no hemisfério.

Quadro 1 – Conclusões a respeito da ALCA

Fonte: AVERBUG apud ARAÚJO JÚNIOR (1998)

Segundo Araújo JR (1998), se os problemas da sobrevalorização cambial e da ausência de normas perenes de comércio exterior forem corrigidos, e preencherem as lacunas existentes na agenda da ALCA, o projeto de integração hemisférica pode interessar a sociedade brasileira. Os setores exportadores brasileiros enfrentam obstáculos em diversos mercados do hemisfério e estariam em posição vantajosa para negociar a redução de barreiras, uma vez que as barreiras brasileiras ainda são superiores às dos principais países da região. Não obstante, seguindo o adágio mexicano, alerta que:

As relações entre os países latino-americanos com os Estados Unidos estarão sempre marcadas pela dicotomia entre os atrativos do acesso ao mercado, ao capital e às tecnologias da potência hegemônica *versus* as possibilidades de destruição da indústria doméstica e perda de soberania (AVERBUG apud ARAÚJO JÚNIOR, 1998,. p11).

Logo, deduz-se que com base nas avaliações dos especialistas citados, a consolidação da Área de Livre Comércio das Américas, tende trazer mais desvantagens do que oportunidades para o país, caso seja feita isoladamente de forma assimétrica e precipitada. O nosso mercado exportador é muito fragilizado, apenas alguns setores têm capacidade de competir com os produtos norte-americanos, por conta disso, existe uma necessidade de se aumentar a competitividade dos nossos produtos. Pois, se houver a abertura com esse contexto desfavorável, a ALCA apresentará uma perspectiva de ganhos limitados e de riscos desproporcionais e elevados para a economia brasileira.

3.2 EFEITOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, acredita que o acordo é um projeto central da estratégia internacional dos EUA. “Um dos objetivos do bloco é consolidar legalmente a hegemonia norte-americana no ocidente para que o país possa melhor enfrentar o mundo multipolar que emerge e as ameaças aos interesses planetários de sua economia”.

De acordo com (AVERBUG apud DEVLIN; GARAY, 1996 p.16) acredita-se que o processo da ALCA, até então, tem sido bem sucedido. Por que:

- A ALCA representa um importante movimento conciliador de interesses convergentes que vem se desenrolando no hemisfério nos últimos anos;
- Depois de tanta polêmica e controvérsia nos EUA sobre o NAFTA o lançamento da ALCA em Miami, foi uma grande vitória;
- O processo de integração vem estimulando os países envolvidos a concentrar as suas atenções nas novas questões decorrentes da economia mundial globalizada e nas regras e disciplinas do GATT;

E define como desafios:

1. Definição do formato da ALCA (questões trabalhistas, de investimentos, ambientais, de propriedades intelectuais);
2. Definição do processo de formação da ALCA (convergência dos acordos bilaterais e sub-regionais existentes em uma só Área de Livre Comércio (ALC), ascensão a um acordo sub-regional específico, introdução gradativa de um novo formato de integração);
3. Sequenciamento e agendamento da liberalização (cronograma e metas);
4. Tratamento do problema da distribuição dos benefícios;
5. Planejamento dos acordos institucionais nos estágios de negociação e implementação;
6. Provisão de assistência técnica;
7. Identificação e tratamento de tópicos sensíveis (agricultura, questões trabalhistas, meio ambiente);

Para a professora Maria da Conceição Tavares, a ALCA visa aprofundar os processos de desregulamentação econômica e financeira impostos à América Latina pela crise da dívida externa dos anos 80, que, diante do desequilíbrio econômico e tecnológico entre os EUA e os países da região, favorecem claramente a economia norte-americana.

Os Estados Unidos é um país que em geral possui tarifas baixas, entretanto, as tarifas altas são as dos produtos “sensíveis” a sua indústria. Por isso, caso venha acontecer a ALCA, os Estados Unidos só vem a ganhar com o corte de tarifas nos países latino-americanos. Porém, a ALCA também divide as opiniões lá nos Estados Unidos, pelo fato de poder ocorrer uma possível redução de empregos e o risco que eles correm em se relacionar com países economicamente tão estáveis.

Já (AVERBUG apud PANAGARIYA, 1996, p.18) acredita que a ALCA é um empreendimento inovador e ambicioso, pois envolveria países com profundas diferenças econômicas, sociais, culturais, e políticas. Ele destaca três vantagens em relação aos acordos já vigentes do tipo Sul-Sul (MERCOSUL, PACTO ANDINO, etc.):

- Melhor acesso dos países latino-americanos a mercados desenvolvidos, e a sua consolidação nos casos onde o acesso já era facilitado, e perspectiva de continuar na condição de parceiro comercial privilegiado, inclusive no caso que o país rico

venha adotar medidas protecionistas no futuro.

- Proteção dos países menores contra medidas *antidumping*, salvaguardas e outras de cunho restritivo por parte dos países ricos.
- Um tratado internacional com um país do porte dos Estados Unidos garantiria a soberania do modelo de livre comércio na região, dificultando o retrocesso às ações protecionistas por parte dos governos dos países menores.

E também destaca três problemas em relação aos mesmos acordos:

- 8 Levando-se em conta que os países latinos possuem tarifas iniciais elevadas a ALCA tenderia a piorar os seus termos de troca devido a sua maior vulnerabilidade das suas economias pós-abertura.
- 9 Os países do norte por sua vez, estariam sujeitos a efeitos adversos de distribuição de renda sobre a sua mão-de-obra não qualificada, devido à concorrência com a mão -de -obra barata da América Latina, situação que poderia gerar medidas restritivas, como rígidas regras de origem, por exemplo, desfazendo a lógica do livre mercado do tratado.
- 10 Os benefícios relacionados à garantia da manutenção do regime de livre comércio podem estar sendo superestimados, pois a política já é sustentada e regulada pela OMC.

A opinião de PANAGARIYA é a mesma de outros especialistas já citados. Eles acreditam, o fato de uma ALC⁷ com a UE seria mais vantajoso para a América Latina e deveria ser priorizada. Essa idéia é sustentada pelo fato de que os mercados europeus apresentam no momento tarifas mais altas que o norte-americano e de que para vários países (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai) o volume de exportação para a UE é mais intenso do para os Estados Unidos. Além do lado comercial, procura-se estimular os investimentos europeus no MERCOSUL, através de privatizações. O problema é que a UE está irredutível, no que diz respeito aos subsídios à agricultura. Os europeus têm colocado dificuldades à entrada de produtos agrícolas sul-americanos no seu mercado, pois a Europa é uma das regiões que mais impõe barreiras comerciais sobre nossos produtos (barreiras não-tarifárias, cotas, medidas antidumping e anti-subsídios e restrições ecológicas). Por conta disso, é extremamente necessário que se estreitem os laços comerciais com a UE,

⁷ Área de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Européia.

paralelamente a ALCA, com o fim de eliminar o grande número de entraves impostos pelos europeus e pelos norte-americanos.

4 EVOLUÇÃO E O ATUAL PERFIL DO COMÉRCIO EXTERIOR BAIANO

Nesta seção, falarei inicialmente da evolução do comércio exterior baiano, e posteriormente do atual perfil do nosso comércio exterior.

4.1 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BAIANO ATÉ A DÉCADA DE 90

Segundo (GUERRA; GONZALES, 1996), até 1979 o perfil exportador da economia baiana, era apoiado no setor primário, cujo desempenho refletia o comportamento da produção de cacau, que na época era o principal produto agrícola do Estado. A produção cacauera era quase toda voltada para o mercado externo, fazendo com que o Estado gerasse um grande volume de divisas que, quando não eram destinadas ao consumo final de bens de luxo, eram aplicadas na própria atividade produtiva, sem incorporar qualquer avanço técnico. Com isso, o relativo dinamismo do setor ficava restrito aos contornos da atividade cacauera, e o restante da economia colhia pontualmente os reflexos do seu crescimento.

A partir da década de 70, houve a consolidação de um processo iniciado nos anos 50, com a instalação da Refinaria Landulfo Alves, logo após o descobrimento de petróleo no recôncavo baiano. A estrutura produtiva da economia baiana sofreu uma grande transformação, modificando o perfil das exportações do Estado. Nesse período, a política do Governo Federal de substituição de importações e de redução dos desequilíbrios inter-regionais, procurou gerar uma matriz produtiva articulada setorial e regionalmente, com projetos estruturantes que passaram a ser viabilizados através da concessão de incentivos fiscais e financeiros, pela criação de infra-estrutura e participação acionária do Estado, que culminou na implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari. Este proporcionou ao Estado baiano, a sua inserção na matriz produtiva da indústria nacional, através de uma especialização regional, onde, a atividade produtiva passou a ser cadenciada pela indústria de insumos básicos, representada por grandes empresas produtoras e fornecedoras de bens intermediários pertencentes aos segmentos químico, petroquímico e metalúrgico. Entretanto, ocorreu o detrimento do segmento produtor de bens de consumo não-duráveis, tradicionalmente os de maior peso na indústria de transformação, sobretudo os setores têxtil e alimentício.

Até meados dos anos 80, o dinamismo da economia baiana, no que diz respeito ao setor industrial, estava associado ao comportamento da economia nacional. Pois, os primeiros anos da década de 70 foram marcados pela carência, em termos nacionais de insumos básicos usados na indústria de transformação instalada no eixo Centro-Sul. Caracterizando a produção industrial baiana como complementar em relação ao restante do país, não

gerando um perfil industrial-exportador. Entretanto, a década de 80 foi considerada como uma “década perdida” para a economia baiana, pois esta sofreu os reflexos da forte retração da economia nacional passando a escoar a sua produção para o mercado externo. Mesmo assim, o setor secundário assegurou o seu papel no dinamismo econômico do estado, o que pode ser visualizado pela a sua participação relativa no PIB setorial do estado, como se observa na tabela 1.

TABELA 1
Composição Setorial do PIB da Bahia em (%)

ANO	SETORES (%)		
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1960	40	12	48
1975	30,7	27,5	41,8
1980	20,2	40	39,8
1985	18,7	42,3	39
1990	10,4	38	51,5
1995	13,6	35,2	51,3
2000	10,7	41,1	48,2

Fonte: SE/IBGE

Se analisarmos a tabela acima, percebemos que entre 1960 e 1985, ocorreu um aumento do setor secundário na composição do PIB do Estado. Em 1960, a participação do setor era de 12% , já em 1985 era de 42,3%. Esse aumento se deu pela implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari. Em contrapartida, nesse mesmo período, ocorreu uma redução na participação dos setores primário e terciário no PIB baiano. Em relação ao comércio internacional, neste mesmo período, ocorreram mudanças intensas e muito distintas. Elas aconteceram a partir da redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, consolidando os blocos já existentes e estruturando os novos blocos regionais de comércio.

TABELA 2
BALANÇA COMERCIAL BRASIL – (1990 – 2002)

(Valores em milhões FOB U\$\$)

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	CORRENTE DE COMÉRCIO	SALDO
1990	31.413	20.661	52.074	10.752
1991	31.620	21.041	52.661	10.579
1992	35.792	20.554	56.346	15.238
1993	38.554	25.256	63.810	13.298
1994	42.545	33.078	76.623	9.467
1995	46.506	49.971	96.477	-3.465
1996	47.746	53.345	101.091	-5.599
1997	52.994	59.838	112.832	-6.844
1998	51.139	57.714	108.853	-6.575
1999	48.011	49.210	97.221	-1.199
2000	55.085	55.783	110.868	-698
2001	58.223	55.581	113.804	2.642
2002	60.361	47.237	107.598	13.124

Fonte: SECEX/MDIC

Elaboração: GEAC/SEI

De 1990 a 2002, houve um crescimento significativo no comércio exterior brasileiro, como vemos na tabela acima. As exportações brasileiras para o mundo cresceram 91%, passando de cerca de U\$\$ 31 bilhões para U\$\$ 60 bilhões no mesmo período, enquanto que as importações apresentaram um aumento de 128,6 %, passando de U\$\$ 20,6 bilhões para U\$\$ 47,2 bilhões. Os saldos da balança comercial foram deficitários de 1995 a 2000 (portanto, pós plano Real), mas este déficit reduziu-se a partir de 1999 quando houve uma desvalorização no Real, e a partir de 2001 o saldo comercial apresentou superávit.

Vale salientar que, a década de 90 promoveu transformações profundas para a economia brasileira e, por conseguinte, para a economia baiana, advindas, especialmente, das políticas de abertura externa e de estabilização implementadas a partir de 1990 e 1994, respectivamente. A abertura comercial de economia imposta pelo governo Collor tinha como objetivo modernizar alguns setores da economia, como também promoveu uma maior relação comercial do país com o resto do mundo. Esse processo se iniciou em 1991, com a redução das alíquotas de importação e em paralelo, vários acordos foram firmados (por exemplo o Mercosul). Além disso, nos anos 90, ocorreu no Brasil uma mudança estrutural da relação com exterior e de realocização, aprofundando o processo de liberalização comercial, e que resultou numa maior integração do país com o exterior. E em relação a realocização, os Estados procuraram capturar intensivamente, o movimento

locacional da produção no espaço mundial, a partir de uma política agressiva de incentivos fiscais viabilizada pela Reforma Constitucional de 1988⁸, gerando o conhecido fenômeno da Guerra Fiscal⁹. Foi através da Guerra Fiscal, que o Estado da Bahia conseguiu atrair parte dos investimentos produtivos que se destinavam à região Nordeste, oriundos da realocação da produção ou da instalação de novas unidades produtivas.

TABELA 3
BALANÇA COMERCIAL DA BAHIA

(Valores em milhões Fob. US\$)

MUNDO				
ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	CORRENTE DE COMÉRCIO
1990	1.453	904	549	2.357
1991	1.300	710	590	2.010
1992	1.491	580	911	2.071
1993	1.450	708	742	2.158
1994	1.720	849	871	2.569
1995	1.919	1.385	534	3.304
1996	1.846	1.420	426	3.266
1997	1.867	1.683	184	3.550
1998	1.829	1.493	336	3.322
1999	1.581	1.465	116	3.046
2000	1.942	2.256	-314	4.198
2001	2.119	2.293	-174	4.412
2002	2.410	1.889	521	4.299

Fonte: Secex/ MDIC; Nota: CC = Corrente de Comércio.

As exportações baianas entre 1992 à 1995, como se observa na tabela 4 manteve em média uma trajetória de crescimento. O crescimento se deu a partir da recuperação dos preços das *commodities* no mercado internacional (soja, suco de laranja, polímeros, cobre e sisal). Outro fator importante destacar, foi à entrada na pauta de exportação do Estado, a partir de 1993, do setor de papel e celulose que passou a representar em 1995, o terceiro segmento mais importante das exportações. Isso ocorreu devido a melhoria do preço no mercado externo, associado à redução do estoque mundial. A presença de papel e celulose se deve à entrada em operação, em 1993, de uma grande unidade industrial, Bahia Sul Celulose, localizada no sul do Estado, utilizando avançados processos de produção. Neste mesmo

⁸ A Constituição de 1988 garante aos estados e municípios uma maior autonomia financeira na cobrança de seus impostos e na elaboração de seus orçamentos. O resultado foi uma significativa melhora na receita estadual, possibilitando uma maior flexibilidade na concessão de incentivos fiscais.

⁹ Guerra Fiscal são benefícios e incentivos fiscais dados pelo governo estadual, com a finalidade de induzir a alocação do investimento produtivo nos territórios locais.

período, a partir da implantação do Plano Real, as importações apresentaram um grande crescimento até 1997, como resultado da abertura comercial e da política de sobrevalorização cambial.

No período de 1997 a 1999, a mudança cambial e a relação da atividade econômica foram os principais responsáveis pela redução das importações. Nesse mesmo período, houve uma queda das exportações baianas, os principais segmentos que contribuíram para a retração das exportações foram os químicos e petroquímicos; grãos, óleos e ceras; derivados de cacau e minerais. Os destaques de 1999 foram os derivados de petróleo, Papel e celulose, frutas e preparações e metalurgia. Pelo lado das importações, todos os itens apresentaram retração com exceção dos bens de capital, refletindo a antecipação das compras, pelo fim da insenção do IPI e a continuidade dos investimentos da indústria.

Desde então o Governo do Estado da Bahia, tem feito um grande esforço para atrair novos investimentos produtivos, para que amplie e fortaleça as bases produtivas e diversifique as atividades setoriais com há perspectiva de gerar uma maior capacidade exportadora e, conseqüentemente, promova uma maior inserção no mercado mundial. Por trás do esforço da diversificação está, de um lado, a verticalização e integração das cadeias produtivas, com um maior adensamento nas relações insumo-produto intra-estaduais; de outro, a ampliação da variedade de mercados de destino das vendas externas do estado, com ampliação da pauta de produtos exportados, desde bens primários e intermediários àqueles de maior valor agregado, nos quais está o maior desafio das políticas estaduais.

Na verdade, a abertura da economia proporcionou um efeito positivo no comércio exterior baiano no período de 1991 a 2000. O fluxo do comércio (corrente de comércio) dobrou, passando de U\$\$ 2 bilhões, em 1991 para U\$\$ 4,2 bilhões em 2000, representando um crescimento de 108% ao longo do período. Observando a tabela 3, percebemos que as importações baianas cresceram bem mais que exportações, pois sofreram o efeito da valorização cambial. Portanto, o aumento significativo da corrente de comércio deve-se basicamente, ao salto das importações ao surgimento de novos produtos inseridos tanto na pauta de exportação quanto na de importação.

Esses novos investimentos desenham basicamente, três movimentos em conformidade com a política estadual voltada para a desconcentração espacial da produção e a busca de diversificação da atividade produtiva. O primeiro, refere-se à expansão da base produtiva instalada, que acompanha a tendência nacional de antecipação da capacidade instalada da produção em relação à demanda e de busca da maior eficiência produtiva. Sob esta perspectiva, houve a ampliação da Refinaria Landulfo Alves e da Copene (Braskem). O segundo responde mais diretamente aos objetivos da política estadual quanto à diversificação da malha produtiva, sobretudo, industrial, de modo que se implanta a indústria de bens leves de consumo que, beneficiando-se dos incentivos fiscais, atende, à proposta de interiorização da produção com vistas à desconcentração espacial e econômica. Por fim, o terceiro movimento corresponde a verticalização com adensamento e articulação das cadeias produtivas, apresentando uma dinâmica distinta. Onde, se verificam os investimentos na transformação petroquímica, produtos plásticos em geral, empreendimentos do *agribusiness* e indústrias, eletrônicos e automotivos.

Tabela 4
Participação dos Principais Segmentos nas Exportações da Bahia (%)
 1990-1999

Segmentos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Químicos e petroquímicos	26,2	29,9	34,3	32,1	30	34	33,3	32,1	34,1	33
Metalúrgicos	8,8	24,9	22,2	20,4	15,6	17,1	15,7	13,9	7,7	11
Papel e Celulose	-	-	3,4	8,5	10,4	15,7	9,9	12,5	12,4	15,2
Minerais	11,7	-	0,3	1,6	5	6,4	8,7	7,9	7	6,6
Cacau e Derivados	19,6	17,4	14,6	16,4	16,1	6,2	8,8	6,6	7,9	6,6
Grãos, Óleos e Cereais Vegetais	-	1,4	2	2,6	3,5	2,1	1,5	5,8	9,3	5,3
Derivados de Petróleo	14,9	7,3	8,7	4,6	8,3	5,1	7,3	5,6	7,4	7,8
Sisal e Derivados	4,2	4,7	2,7	2,3	2,6	2,7	2,2	2,9	3	2,9
Couros e Peles	1,5	1,2	1,1	1,3	1,1	1,6	1,4	1,7	1,5	1,1
Fumos e Derivados	1,3	1,8	2	1,3	1,3	1,5	1,4	1,3	1,1	1
Frutas e suas Preparações	4,3	3,1	2,1	1,2	1,1	1,3	2,4	0,9	1,5	1,9
Demais	7,5	8,3	6,7	7,8	4,9	6,4	7,5	8,9	7,1	7,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SECEX-PROMO

A tabela acima, mostra a evolução das exportações baianas na década de 90, destacando a participação na pauta dos principais segmentos. A partir de 1993, a pauta das exportações baianas começou a apresentar mudanças provocadas pelo surgimento de novos segmentos que até então não eram expressivos. Dentre esses se destacam: Papel e Celulose; Grãos, Óleos e Ceras. Um aspecto importante a ser destacado nesta tabela, refere-se à concentração existente nos setores. Percebe-se que, os cinco principais setores englobam

cerca de 80% da participação nas exportações baianas, sendo o setor químico e petroquímico o mais importante com 31,9% da participação média, sendo seguido pelo setor metalúrgico (15,7% de participação média), pelo setor do cacau e derivados (com participação de 12%), pelo setor de papel e celulose (com 11% de participação) e o de derivados de petróleo (com 7,7% de participação média). Um outro aspecto importante é que as exportações baianas são realizadas por um número relativamente pequeno de empresas de grande porte, que detêm aproximadamente 60% do volume exportado. E por último, as empresas exportadoras estão distribuídas locacionalmente nos municípios de Camaçari e Salvador, que participam com aproximadamente, 40% do valor das exportações, Candeias e Simões Filho participam em média, com 12% e 8% respectivamente (SEI 2000). Ou seja, esses quatro municípios correspondem a aproximadamente 60 % do valor das exportações do Estado como vemos na tabela abaixo. É provável que isso ocorra pelo fato da infra-estrutura e das condições oferecidas nas regiões mais próximas à capital do estado, Salvador. Fazendo com que essa área abrigue as empresas maiores, que necessitam de mais recursos e de mão-de-obra qualificada para a sua produção, já que muitas vezes produzem bens de alto valor agregado.

TABELA 5
PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS EXPORTADORAS POR MUNICÍPIO NÚMERO DE EMPRESAS E VALOR.
BAHIA E MUNICÍPIOS SELECIONADOS – 1998

MUNICÍPIOS	Nº EMPRESAS	%	VALOR(US\$ 1000,00)	%
SALVADOR	54	22	227,03	15,2
CAMAÇARI	45	18,4	373,77	25
CANDEIAS	8	3,3	177,6	11,9
SIMÕES FILHO	11	4,5	116,02	7,7
ILHÉUS	10	4,1	76,32	5,1
FEIRA DE SANTANA	12	4,9	2,14	0,1
JUAZEIRO	8	3,3	6,11	0,4
DEMAIS MUNICÍPIOS	97	39,6	519	34,6
TOTAL	245	100	1497986	100

FONTE: PROMO

ELABORAÇÃO: GEAC / SEI

4.2 O ATUAL PERFIL DO COMÉRCIO EXTERIOR BAIANO

A década de 90 terminou com queda no comércio exterior brasileiro. Essa crise ocorreu devido a instabilidade econômica provocada pela questão cambial e pelos baixos preços das *commodities* no mercado internacional.

Já o ano 2000, começou com um crescimento na corrente de comércio brasileira. Nesse ano as importações cresceram mais que as exportações, provocando um déficit na balança comercial brasileira, como se vê na tabela 3. De 2000 até 2004, ocorreu um crescimento constante das exportações brasileiras, como vemos na tabela abaixo. Esse crescimento ocorreu devido à expansão das quantidades exportadas e a recuperação dos preços internacionais das *commodities*.

TABELA 7
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA
2000/2004

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004
EXPORTAÇÕES	55.085.595	58.222.642	60.361.786	73.084.140	96.475.220
IMPORTAÇÕES	55.835.010	55.580.718	47.240.488	48.291.040	62.781.796
SALDO	-749.415	2.641.924	13.121.298	24.793.100	33.693.424
CORRENTE DE COMÉRCIO	110.920.605	113.803.360	107.602.274	121.375.180	159.257.016

FONTE: MDIC / SECEX, dados coletados em 18/01/2005.

ELABORAÇÃO: PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia

O saldo positivo da balança comercial no período aconteceu também pelo decréscimo das importações, e o comportamento da taxa de câmbio, uma das balizas do comércio exterior, na medida em que a tendência à desvalorização apresenta um efeito inibidor das importações.

Se analisarmos as exportações brasileiras por regiões, percebemos que a maior parte das nossas exportações se concentra na região Sudeste. E a soma das exportações das regiões norte, nordeste e centro-oeste, são menor que o volume exportado da região sul, que é a segunda região que mais exporta no país, como podemos perceber na tabela abaixo.

TABELA 8
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR REGIÕES
2000/2004 (Valores em U\$\$ 1000 FOB)

REGIÕES	2000	2001	2002	2003	2004
SUDESTE	31.129.461	31.504.465	32.707.490	38.887.277	52.115.705
SUL	12.883.736	14.691.267	15.232.710	18.862.285	24.128.643
NORDESTE	4.024.694	4.184.171	4.651.697	6.107.494	8.036.413
NORTE	3.321.836	3.241.633	3.447.045	3.801.308	5.187.112
CENTRO-OESTE	1.832.876	2.475.857	2.856.188	4.149.496	5.271.900
NÃO DECLARADA	1.892.992	2.125.245	1.466.656	1.276.280	1.735.447
TOTAL	55.085.595	58.222.638	60.361.786	73.084.140	96.475.220

FONTE: MDIC / SECEX, dados coletados em 18/01/2005.

ELABORAÇÃO: PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia

Em relação às importações brasileiras por regiões, ocorre à mesma coisa que acontece com as exportações, ou seja, existência de uma concentração do volume de importações na região sudeste, como vemos na tabela a seguir. Isso ocorre pelo fato desta, ser a região mais desenvolvida do país.

TABELA 9
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR REGIÕES
2000/2004

REGIÕES	2000	2001	2002	2003	2004
SUDESTE	35.864.324	35.542.177	29.766.807	29.800.964	39.413.494
SUL	9.664.327	9.839.084	7.796.046	8.670.403	10.828.283
NORDESTE	4.784.720	5.116.534	4.657.442	4.328.667	5.503.692
NORTE	4.280.744	3.661.185	3.453.685	3.783.815	4.678.189
CENTRO-OESTE	1.135.107	1.378.566	1.545.478	1.684.591	2.320.273
NÃO DECLARADA	106	35	21	23	38
TOTAL	55.835.010	55.572.176	47.240.488	48.291.040	62.781.796

FONTE: MDIC / SECEX, dados coletados em 18/01/2005.

ELABORAÇÃO: PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia

Já o comércio exterior baiano, durante o final da década de 90, seguiu a tendência brasileira apresentando um baixo desempenho, como vemos na tabela 4. Mesmo assim, os resultados poderiam ter sido piores se não houvesse uma mudança cambial, principalmente para os produtos agropecuários e semi-manufaturados, que tiveram queda nos preços e redução na demanda por parte das economias dos países do Mercosul e os Latino-americanos. Porém, apesar de tantos problemas, houve um aumento no volume exportado numa demonstração de competitividade dos produtos baianos.

No período de 2000/2001, ocorreu um déficit na balança comercial baiana, como podemos ver na tabela 10. A recuperação da atividade econômica e o aumento das importações de automóveis pelo Porto de Salvador foram os principais responsáveis por esse déficit.

TABELA 10
BALANÇA COMERCIAL BRASIL

DISCRIMINAÇÃO	2000/2001		VAR. %
	2000	2001	
EXPORTAÇÕES	55.085.595	58.222.642	5,69
IMPORTAÇÕES	55.835.010	55.580.718	-0,46
SALDOS	-749.415	2.641.924	-
CORRENTE DE COMÉRCIO	110.920.605	113.803.360	2,6

FONTE: MDIC / SECEX, dados coletados em 14/01/2002.

ELABORAÇÃO: PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia

Durante esse período, os segmentos que mais agregaram valor para o comércio exterior baiano foram: - Químico e Petroquímico (25,45%); - Derivados de Petróleo (24,50%); – Papel e Celulose (10,20%); Dentre eles, o setor que mais contribuiu para o crescimento do comércio exterior foi o Derivados de Petróleo. Suas vendas passaram de U\$\$ 192,6 milhões em 2000, para U\$\$ 519,3 milhões em 2001, representando um crescimento de 169,56% ao longo do período. Já os setores Químico e Petroquímico e o de Papel e Celulose, apresentaram uma queda de suas vendas externas de 15,05% e 25,80% respectivamente.

É válido salientar, que em outubro de 2001, entrou em funcionamento a fábrica da FORD em Camaçari, cuja produção contribuiu para o superávit do comércio exterior baiano em 2002.

TABELA 11
EXPORTAÇÕES BAIANAS – PRINCIPAIS SEGMENTOS
2000/2001

SEGMENTOS	VALOR (U\$\$ 1000 FOB)			
	2000	2001	VAR%	PART%
QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS	636.095	540.359	-15,05	25,49
DERIVADOS DE PETRÓLEO	192.643	519.281	169,56	24,5
METALÚRGICOS	186.840	168.768	-9,67	7,96
PAPEL E CELULOSE	291.430	216.234	-25,8	10,2
GRÃOS, ÓLEOS E CERAS VEGETAIS	139.063	165.975	19,35	7,83
CACAU E DERIVADOS	99.276	89.761	-9,58	4,23
VEÍCULOS, SUAS PARTES E ACESSÓRIOS	0	0	0	0
MINERAIS	108.376	94.143	-13,13	4,44
FRUTAS E SUAS PREPARAÇÕES	36.159	43.818	21,18	2,07
COUROS E PELES	23.533	33.551	42,57	1,58
SISAL E DERIVADOS	44.521	38.267	-14,05	1,81
FUMO E DERIVADOS	15.353	14.553	-5,21	0,69
DEMAIS SEGMENTOS	169.679	194.941	14,89	9,2
TOTAL	1.942.968	2.119.651	175,06	100

FORTE:MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 14/01/2002

ELABORAÇÃO: PROMO – CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

Em relação às importações por categoria de uso, ocorreu um aumento de 58,08% dos Bens de Capital e uma queda dos Bens Intermediários (0,55%) e dos Combustíveis e Lubrificantes (35,03%), como podemos ver na tabela 12. O aumento da participação dos Bens de Capital na pauta de importações retrata a reestruturação, a modernização e a expansão do parque industrial baiano.

TABELA 12
IMPORTAÇÕES BAIANAS POR CATEGORIA DE USO
2000/2001

DISCRIMINAÇÃO	(VALORES EM U\$\$ 1000 FOB)			
	2000	2001	VAR%	PART%
BENS INTERMEDIÁRIOS	797.746	793.333	-0,55	34,6
BENS DE CAPITAL	446.185	705.348	58,08	30,77
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	775.945	504.124	-35,03	21,99
BENS DE CONSUMO	231.030	289.829	25,45	12,64
TOTAL	2.250.906	2.292.634	47,95	100

FORTE:MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 14/01/2002

ELABORAÇÃO: PROMO – CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

Em 2001/2002, a crise do mercado internacional afetou os principais parceiros comerciais

baianos no período, Estados Unidos e Argentina. Com isso, os exportadores baianos buscaram novos mercados para escoar a produção, como é o caso da China (Celulose) e Cingapura (Óleo combustível). Neste mesmo período, o comércio exterior baiano apresentou um resultado favorável, em decorrência do aumento das vendas externas , atrelado a expansão das quantidades exportadas e a recuperação dos preços internacionais das *commodities*. Por exemplo, segundo o PROMO o setor de Cacau e derivados apresentou um crescimento de 49,85%, e suas vendas que eram de U\$\$ 89,7 milhões, passaram para U\$\$ 134,5 milhões em 2002. Os outros destaques em 2002 foram o Metalúrgico com uma variação de 45,86%, o de Couros e Peles com 43,94% e o Químico e Petroquímico com 21,68% , como vemos na tabela 13.

TABELA 13
EXPORTAÇÕES BAIANAS – PRINCIPAIS SEGMENTOS
2001/2002

SEGMENTOS	VALOR (U\$\$ 1000 FOB)			
	2001	2002	VAR%	PART%
QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS	540.359	657.518	21,68	27,28
DERIVADOS DE PETRÓLEO	519.281	421.911	-18,75	17,51
METALÚRGICOS	168.768	246.173	45,86	10,21
PAPEL E CELULOSE	216.234	229.078	5,94	9,51
GRÃOS, ÓLEOS E CERAS VEGETAIS	165.975	143.882	-13,31	5,97
CACAU E DERIVADOS	89.761	134.504	49,85	5,58
VEÍCULOS, SUAS PARTES E ACESSÓRIOS	0	115.608	0	4,8
MINERAIS	94.143	102.562	8,94	4,26
FRUTAS E SUAS PREPARAÇÕES	43.760	52.685	20,4	2,19
COUROS E PELES	33.551	48.292	43,94	2
SISAL E DERIVADOS	38.267	34.531	-9,76	1,43
FUMO E DERIVADOS	14.553	14.616	0,43	0,6
DEMAIS SEGMENTOS	194.999	208.677	7,01	8,66
TOTAL	2.119.651	2.410.037	162,23	100

FONTE: MDIC / SECEX, dados coletados em 14/01/2002.

ELABORAÇÃO: PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia

Em 2003, o setor automotivo foi o que mais se destacou com um crescimento de 244,85% e com a participação de 12,23% na pauta de exportação baiana, passando de cerca de U\$\$115,6 milhões para U\$\$398,7 milhões no mesmo período. Outros segmentos que obtiveram um crescimento significativo foram o de Calçados e suas partes (66,45%) e o de Cacau e Derivados (58,56%), como vemos na tabela 14.

TABELA 14
EXPORTAÇÕES BAIANAS – PRINCIPAIS SEGMENTOS
2002/2003

SEGMENTOS	VALOR (U\$\$ 1000 FOB)			
	2002	2003	VAR%	PART%
QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS	657.518	794.275	20,8	24,37
DERIVADOS DE PETRÓLEO	421.911	609.267	44,41	18,7
METALÚRGICOS	186.840	168.768	-9,67	7,67
PAPEL E CELULOSE	229.078	262.050	14,39	8,04
GRÃOS, ÓLEOS E CERAS VEGETAIS	143.882	194.156	34,94	5,96
CACAU E DERIVADOS	134.504	213.271	58,56	6,54
VEÍCULOS, SUAS PARTES E ACESSÓRIOS	115.608	398.673	244,85	12,23
MINERAIS	102.562	104.058	1,46	3,19
FRUTAS E SUAS PREPARAÇÕES	52.685	80.482	52,76	2,47
COUROS E PELES	48.292	58.455	21,04	1,79
SISAL E DERIVADOS	34.531	53.925	56,16	1,65
CALÇADOS E SUAS PARTES	16.726	27.840	66,45	0,85
PESCA E AQUICULTURA	23.594	27.053	14,66	0,83
FUMO E DERIVADOS	14.616	17.263	18,11	0,53
DEMAIS SEGMENTOS	168.357	168.198	0,09	5,18
TOTAL	2.350.704	3.177.734	639,01	100

FONT:MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 19/01/2004

ELABORAÇÃO: PROMO – CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

Em relação às importações por categoria de uso, os Bens Intermediários predominaram na pauta baiana representando 66,46% , como pode ser observado na tabela 15. Os Bens de Capital vieram a seguir com 16,68% das importações, os Bens de Consumo Duráveis com 11,61% e o de Combustíveis e Lubrificantes com 5,25% do total importado.

TABELA 15
IMPORTAÇÕES BAIANAS POR CATEGORIA DE USO
2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	(VALORES EM U\$\$ 1000 FOB)			
	2002	2003	VAR%	PART %
BENS INTERMEDIÁRIOS	1.084.147,00	1.278.906,00	17,96	66,46
BENS DE CAPITAL	413.866,00	320.922,00	22,46	16,68
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	88.799,00	101.052,00	13,80	5,25
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	20.138,00	15.000,00	25,51	0,78
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	270.656,00	208.340,00	23,02	10,83
TOTAL	1.877.606,00	1.924.220,00	102,75	100,00

FONT: MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 19/01/2004

ELABORAÇÃO: PROMO - CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

Em 2004/2005, os resultados do comércio exterior baiano surpreendente, ao romper a Barreira dos U\$\$ 9 bilhões – U\$\$ 6 bilhões em exportações e U\$\$ 3,3 bilhões de

importações, como vemos na tabela 16.

TABELA 16
BALANÇA COMERCIAL DA BAHIA
2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	(VALORES EM U\$\$ 1000 FOB)		
	2004	2005	VAR%
EXPORTAÇÃO	4.062.916,00	5.987.744,00	47,38
IMPORTAÇÃO	3.021.129,00	3.310.799,00	9,59
SALDOS	1.041.787,00	2.676.945,00	156,96
CORRENTE DE COMÉRCIO	7.084.045,00	9.298.543,00	31,26

FONTE: MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 11/01/2006

ELABORAÇÃO: PROMO - CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

Sendo assim, percebemos que de 2000/2005 o comércio exterior baiano teve um grande crescimento e acabou seguindo a tendência do comércio exterior brasileiro. Neste período, ocorreu um aumento da corrente de comércio baiana, como podemos ver na tabela 17.

TABELA 17
BALANÇA COMERCIAL DA BAHIA
2000/2005

DISCRIMINAÇÃO	(VALORES EM U\$\$ 1000 FOB)					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
EXPORTAÇÃO	1.942.968	2.119.651	2.410.037	3.258.772	4.062.916	5.987.744
IMPORTAÇÃO	2.550.906	2.274.442	1.877.606	1.945.209	3.021.129	3.310.799
SALDOS	-607.938	-154.791	532.431	1.313.563	1.041.787	2.676.945
CORRENTE DE COMÉRCIO	4.493.874	4.394.093	4.287.643	5.203.981	7.084.045	9.298.543

FONTE: MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 11/01/2006

ELABORAÇÃO: PROMO - CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

As exportações que em 2000, eram de aproximadamente U\$\$ 2 bilhões, em 2005 atingia a marca de quase 6 bilhões. Esse resultado foi em decorrência ao aumento das vendas externas, recuperação dos preços das *commodities* e a expansão da quantidade exportada.

Já as importações, que em 2000 era de U\$\$ 2,3 bilhões, em 2005 era de U\$\$ 3,3 bilhões. Esse desempenho das compras externas teve como efeito direto a expansão da produção industrial baiana.

Os cinco principais produtos da pauta de exportação baiana são: - Derivados de Petróleo que alcançaram U\$\$ 1,4 bilhão; - Químicos e Petroquímicos, com cerca de U\$\$ 1,2 bilhão;

- Automotivo, com aproximadamente U\$\$ 872 milhões; - Metalúrgico, com cerca de U\$\$ 578 milhões; - Papel e Celulose, com U\$\$ 434 milhões, como podemos ver na tabela 18.

TABELA 18
EXPORTAÇÕES BAIANAS – PRINCIPAIS SEGMENTOS
2000/2005

SEGMENTOS	VALOR (U\$\$ 1000 FOB)						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	PART%
DERIVADOS DE PETRÓLEO	192.643	519.281	421.911	609.267	549.770	1.375.657	22,97
QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS	636.095	540.359	657.518	800.578	946.491	1.152.388	19,25
AUTOMOTIVO	0	0	115.608	398.673	640.719	872.186	14,57
METALÚRGICOS	186.840	168.768	246.173	249.806	384.872	578.294	9,66
PAPEL E CELULOSE	291.430	216.234	229.078	262.050	277.775	434.363	7,25
SOJA E DERIVADOS	0	0	0	0	335.547	377.174	6,30
GRÃOS, ÓLEOS E CERAS VEGETAIS	139.063	165.975	143.882	160.819	0	0	0,00
CACAU E DERIVADOS	99.276	89.761	134.504	213.271	194.045	224.401	3,75
MINERAIS	108.376	94.143	102.562	104.008	103.588	154.801	2,59
FRUTAS E SUAS PREPARAÇÕES	36.159	43.760	52.685	80.482	74.884	103.581	1,71
ALGODÃO E SEUS SUBPRODUTOS	0	0	0	0	60.299	96.112	1,61
CAFÉ E ESPECIARIAS	0	0	0	39.021	68.065	89.054	1,49
COURO E PELES	23.533	33.551	48.292	58.455	72.406	71.597	1,20
MÓVEIS E SEMELHANTES	0	0	0	0	45.327	68.236	1,14
SISAL E DERIVADOS	44.521	38.267	34.531	53.925	62.548	63.552	1,06
CALÇADOS E SUAS PARTES	0	0	16.726	27.840	50.816	56.032	0,94
BORRACHA E SUAS OBRAS	0	0	0	0	13.680	46.797	0,78
MÁQS., APARS. E MAT. ELÉTRICOS	0	0	0	0	32.012	38.826	0,65
FUMO E DERIVADOS	15.353	14.553	14.616	17.263	16.699	18.613	0,31
PESCA E AQUICULTURA	0	0	23.594	27.053	27.539	18.118	0,30
DEMAIS SEGMENTOS	169.679	194.999	168.357	156.261	105.834	147.962	2,47
TOTAL	1.942.968	2.119.651	2.410.037	3.258.772	4.062.916	5.987.744	100

FONTE:MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 11/01/2006

ELABORAÇÃO: PROMO – CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

OBS.: O setor de Grãos, Óleos e Ceras Vegetais foi dividido no anos de 2004 e 2005, em outros segmentos tais como Soja e Derivados e Café e especiarias

Já as importações, que em 2000 eram de U\$\$ 2,3 bilhões, em 2005 eram de U\$\$ 3,3 bilhões. Esse crescimento das importações ocorreu devido ao aumento da atividade produtiva, provocada pelo maior nível de competitividade interna e pelo aumento dos preços externos do petróleo e dos seus derivados. O setor que mais importou no estado foi o Petroquímico, sendo seguido pelo setor de combustíveis e lubrificantes e o de bens de capital (máquina e equipamentos), conseqüentemente, a médio e longo prazo, deve-se refletir positivamente sobre a balança comercial, reduzindo as compras de bens finais e promovendo as exportações. O aumento das compras de Bens de Capital significa que o setor industrial está aumentando a sua demanda de insumos para elevar a sua produção, aumentando a capacidade da economia baiana.

TABELA 19
IMPORTAÇÕES BAIANAS POR CATEGORIA DE USO
2000/2005

DISCRIMINAÇÃO	(VALORES EM U\$ 1000 FOB)						PART %
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
BENS INTERMEDIÁRIOS	797.746	1.219.828	1.084.147	1.299.893	1.306.091	1.244.958	37,60
BENS DE CAPITAL	446.185	646.891	413.866	320.923	655.750	756.010	22,83
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	775.945	115.052	88.799	101.052	789.753	1.078.871	32,59
BENS DE CONSUMO	231.030	292.671	290.794	223.341	269.535	230.960	6,98
TOTAL	2.250.906	2.274.442	1.877.606	1.945.209	3.021.129	3.310.799	100,00

FONTE: MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 11/01/2006

ELABORAÇÃO: PROMO - CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

Assim confirma-se que o dinamismo da economia estadual, vem mudando o perfil com uma grande diversificação industrial e agropecuária, fruto da política de atração de investimentos conduzida pelo Governo do Estado, que privilegiou o fortalecimento das cadeias produtivas existentes agregando novas tecnologias e impulsionando as exportações de produtos com maior valor agregado. A Bahia possui o maior desempenho econômico da região Nordeste, como vemos na tabela 20.

TABELA 20
EXPORTAÇÕES NORDESTINAS POR ESTADO
2000/2004 (VALORES EM U\$ 1000 FOB)

ESTADOS	(VALORES EM U\$ 1000 FOB)					PART %
	2000	2001	2002	2003	2004	
BAHIA	1.942.968	2.119.651	2.410.037	3.258.772	4.062.916	50,56
MARANHÃO	758.245	544.329	652.375	739.798	1.231.085	15,32
CEARÁ	495.098	527.051	543.902	760.927	859.369	10,69
RIO GRANDE DO NORTE	149.392	187.585	223.602	310.446	573.603	7,14
PERNAMBUCO	283.947	334.964	319.826	410.707	516.810	6,43
ALAGOAS	224.351	304.418	298.647	360.912	457.658	5,69
PARAÍBA	77.577	105.315	117.642	168.437	213.965	2,66
PIAUI	63.355	40.087	48.063	58.642	73.334	0,91
SERGIPE	29.761	20.771	37.603	38.813	47.673	0,60
TOTAL	4.024.694	4.184.171	4.651.697	6.107.494	8.036.413	100,00

FONTE: MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 18/01/2005

ELABORAÇÃO: PROMO - CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

O Estado possui 50,56% das vendas externas da região, e o motivo dessa posição esta associada a dois fatores: primeiro, a exportação de bens de elevado valor agregado, a exemplo do avanço nas vendas de veículos produzidos no Estado; e segundo, pela composição da pauta de exportações baianas, que é fortemente concentrada em *commodities*, haja vista que nesse período, houve uma recuperação nos preços

internacionais. Em relação às importações, a Bahia também é o Estado que mais se destaca na região Nordeste, conforme podemos perceber na tabela 21.

TABELA 21
IMPORTAÇÕES NORDESTINAS POR ESTADO
2000/2004 (VALORES EM U\$ 1000 FOB)

ESTADOS	2000	2001	2002	2003	2004	PART %
BAHIA	2.250.906	2.274.442	1.877.606	1.945.209	3.021.129	54,75
PERNAMBUCO	934.814	1.028.740	843.632	795.989	758.574	13,78
MARANHÃO	485.629	830.524	866.470	661.810	735.655	13,37
CEARÁ	717.859	623.494	635.910	540.776	573.590	10,42
SERGIPE	94.382	101.891	101.866	97.152	101.051	2,53
PARAÍBA	150.277	89.753	79.057	60.707	98.057	1,84
RIO GRANDE DO NORTE	70.275	88.688	115.543	168.562	139.481	1,78
ALAGOAS	64.661	63.469	124.497	48.167	67.393	1,22
PIAUÍ	15.917	15.533	12.841	10.295	16.571	0,31
TOTAL	4.784.720	5.116.534	4.657.442	4.328.667	5.511.501	100,00

FONTE: MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 18/01/2005

ELABORAÇÃO: PROMO - CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

Entretanto, quando se trata da posição da Bahia a nível nacional, o quadro é bem diferente. No que diz respeito às exportações em 2004, a Bahia alcançou um modesto 7º lugar entre os Estados brasileiros, com a participação de 4,22% nas vendas externas, como vemos na tabela 22.

TABELA 22
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - PRINCIPAIS ESTADOS
2000/2004 (VALORES EM U\$ 1000 FOB)

ESTADOS	2000	2001	2002	2003	2004	PART %
SÃO PAULO	19.787.863	20.623.858	20.105.998	23.074.439	31.038.818	32,17
MINAS GERAIS	6.710.829	6.055.288	6.348.898	7.434.162	9.997.164	10,36
RIO GRANDE DO SUL	5.779.942	6.345.359	6.375.446	8.013.263	9.878.602	10,24
PARANÁ	4.392.091	5.317.509	5.700.199	7.153.235	9.396.534	9,74
RIO DE JANEIRO	1.839.494	2.403.626	3.655.835	4.844.113	7.025.171	7,28
SANTA CATARINA	2.711.703	3.028.399	3.157.065	3.695.786	4.853.605	5,03
BAHIA	1.942.968	2.119.651	2.410.037	3.258.772	4.062.916	4,22
ESPIRITO SANTO	2.791.275	2.429.076	2.596.759	3.534.564	4.054.552	4,20
PARÁ	2.441.181	2.289.061	2.266.833	2.677.521	3.804.690	3,94
MATO GROSSO	1.033.353	1.395.758	1.795.792	2.186.158	3.102.504	3,22
GOIÁS	544.767	-	649.081	1.102.202	1.411.773	1,46
DEMAIS ESTADOS	2.708.162	2.710.102	3.007.907	2.960.095	3.698.850	8,14
TOTAL	54.312.917	56.827.093	59.297.283	73.084.140	96.475.220	100,00

FONTE: MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 18/01/2005

ELABORAÇÃO: PROMO - CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

E em relação às importações, em 2004 a Bahia alcançou o 6º lugar entre os Estados brasileiros, tendo uma participação de 4,81%, como vemos na tabela 23.

TABELA 23
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS - PRINCIPAIS ESTADOS
2000/2004 (VALORES EM U\$ 1000 FOB)

ESTADOS	2000	2001	2002	2003	2004	PART %
SÃO PAULO	25.609.882	24.778.440	19.835.163	20.315.573	27.094.173	43,16
RIO DE JANEIRO	4.966.189	5.312.286	5.395.640	4.896.998	6.321.266	10,07
RIO GRANDE DO SUL	4.021.479	4.049.432	3.530.815	4.190.615	5.293.035	8,43
AMAZONAS	3.926.847	3.347.108	3.082.021	3.456.570	4.333.618	6,90
PARANÁ	4.685.706	4.929.412	3.333.800	3.486.062	4.026.263	6,41
BAHIA	2.250.906	2.274.442	1.877.606	1.945.209	3.021.129	4,81
ESPIRITO SANTO	2.507.998	2.449.706	2.020.177	2.156.833	3.009.943	4,79
MINAS GERAIS	2.780.255	3.001.744	2.515.827	2.431.559	2.988.113	4,76
SANTA CATARINA	957.142	860.240	931.430	993.727	1.508.986	2,40
PERNAMBUCO	934.814	1.028.740	843.632	795.989	758.574	1,21
MARANHÃO	485.629	830.524	866.470	661.810	735.655	1,17
DEMAIS ESTADOS	2.708.162	2.710.102	3.007.907	2.960.095	3.698.850	5,89
TOTAL	55.835.010	55.572.176	47.240.488	48.291.040	62.789.605	100,00

FONTE: MDIC/SECEX, DADOS COLETADOS EM 18/01/2005

ELABORAÇÃO: PROMO - CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

5 PERSPECTIVAS PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL DA BAHIA

As expectativas para o comércio exterior baiano denotam um bom desempenho. A maturação dos investimentos feitos na aquisição de veículos de carga, máquinas, aparelhos para a indústria de celulose, motores, caldeiras e outras máquinas, proporcionam a diversificação da pauta de exportação, favorecendo um bom desempenho da balança comercial. Segundo (SOUZA 2004), esses novos investimentos que foram dirigidos para a Bahia mostram uma clara tendência à elevação do comércio exterior, principalmente nos segmentos produtores de bens finais, foram beneficiados de tributação para a importação e exportação, que vai contribuir para a melhoria da infra-estrutura, com efeitos sobre os demais produtos de exportação da região.

5.1 PRINCIPAIS ENTRAVES

Os principais entraves do comércio exterior brasileiros também se refletem no comércio exterior baiano. Os principais entraves são:

- Falta de diversificação da Pauta de exportação

A maior parte das exportações brasileiras se concentram em poucos segmentos (soja, minério de ferro, aço, produtos agrícolas em geral). No que diz respeito a Bahia, a situação é bem semelhante. Os 5 segmentos mais exportados, ocupam 73,7% das vendas baianas, como podemos ver na tabela 18

- Concentração muito elevada.

Esse entrave se refere há grande concentração por empresa e por produto. Segundo (SANTOS; GOMES 2004), cerca de 19 mil empresas exportadoras, perto de 14 mil embarcaram U\$\$ 1 milhão por ano e representam 3% das vendas externas. Ou seja, nas vendas de todas essas 14 mil empresas juntas, é menor que as vendas da EMBRAER. Entretanto, essas empresas menores não possuem nem crédito e nem incentivos, e apesar disso, essas pequenas e médias empresas são responsáveis por 70% dos empregos.

Em relação à Bahia, as 10 maiores empresas sediadas no Estado, a BRASKEM ocupa o primeiro lugar, com uma receita operacional líquida de R\$ 16,3 milhões,

que corresponde a 47% do total de U\$\$ 16,3 bilhões faturados em dez companhias.

- Poucos produtos de alto valor agregado.

Tanto no Brasil, quanto na Bahia, a maior parte dos produtos exportados são commodities, ou seja, produtos com pouco valor agregado (sem diferenciação e sem marca). No caso baiano, um dos produtos de alto valor agregado produzidos no Estado, são os carros da Fábrica da FORD.

- Falta de infra-estrutura.

Existe uma escassez de aviões, linhas aéreas, *containeres* e estradas para que seja feito o escoamento da produção para o mercado externo.

- Falta de política de estímulo.

Não deve haver escolha de setores, nem na política industrial e nem comercial. Como foi feito na Bahia, quando o governo do Estado focou canalizou a produção industrial para satisfazer a demanda da região Sudeste.

- Falta de informação.

A falta que tanto o empresariado brasileiro, quanto o empresariado baiano possui em termos de informação, conhecimento e agressividade do comércio internacional.

- Barreiras Protecionistas.

São as barreiras adotadas pelos países desenvolvidos e impostas aos países em desenvolvimento e dentre elas destacam-se: - as tarifas de importação por cotas; - subsídios; - escalada tarifária¹⁰; - medidas antidumping; - barreiras fitossanitárias;

Para tentar diluir os efeitos dos principais entraves é necessária uma maior integração dos órgãos de incentivos às exportações e dos programas estaduais com os principais programas do Governo Federal, o que pode resultar na ampliação do número de empresas exportadoras. Além disso, o Governo Federal deve: - estimular políticas horizontais; - educação de melhor qualidade; - redução da taxa de juros, para estimular o aumento de investimentos;

O setor privado deve investir em marketing, distribuição, promoção e marca. E ainda, acompanhar “mais de perto” as várias negociações internacionais que o Brasil está

¹⁰ Os produtos pagam tarifa de importação maior a medida que maior valor agregado.

inserido, pois essas serão muito proveitosas, tais como: Rodada de Doha, ALCA, UE-MERCOSUL.

5.2 ÁREAS DE INTERESSE

Nessa seção, demonstrarei as áreas de interesse da Bahia nas negociações da ALCA. É válido salientar que nesses temas, existe uma demora na sua conclusão, devido ao impasse gerado pelo choque de interesses dos diversos países do acordo.

5.2.1 A Bahia e as negociações da ALCA

A Bahia possui interesse em quatro temas de negociação da Área de Livre Comércio das Américas:

- Acesso a mercados para bens industriais e agrícolas.

Por sua vez, esse tópico se divide em quatro questões centrais:

1. A definição da tarifa-base para o processo de gravação. Isto é, a tarifa que deve ser adotada para tomar como base para os programas de desgravação;
2. Os calendários e ritmos de desgravação. Para (VEIGA), prevalece a idéia que o comércio (80% à 85% do total) intra-hemisférico deve ser totalmente liberalizado em dez anos e que devem haver três cronogramas de desgravação: - Um primeiro grupo de produtos será desgravado de imediato; - O segundo grupo terá suas tarifas eliminadas em cinco anos; - Terceiro grupo em dez anos;
3. Produtos sensíveis. Serão os produtos que terão prazos maiores de desgravação (15 anos) e de períodos de carência, prévios à entrada em vigor da desgravação;
4. Admissibilidade de exceções às regras de desgravação. A proposta do Mercosul é que todos os produtos devem estar sujeitos não somente à negociação, mas também a desgravação.

- Serviços

As negociações estão sendo feitas para elaborar um documento de métodos e modalidades que servem de base para as negociações de acesso à mercados. Segundo (VEIGA), o impasse foi criado entre as partes, em relação à arquitetura do

capítulo: O Mercosul, alguns países da Comunidade Andina e o Caricom defendem um acordo que deve seguir o modelo do GATT, incluindo a presença comercial (modo 3 de prestação) em serviços e definindo como metodologia de negociação a apresentação, pelos países, de uma lista positiva de oferta de liberalização (por setores e modos de prestação). Já os países do Nafta, Chile e Costa Rica defendem a adoção do modelo de capítulo de serviços do Nafta: lista negativa de reservas, presencial, comercial (modo 3) no capítulo de investimentos e limitação do capítulo de serviços aos modos de prestação de serviços transfronteiriços. Além disso, está em negociação a base a partir da qual se apresentarão ofertas e demandas de liberalização: o *status quo* das regulações nacionais ou os níveis de compromisso vigentes no acordo de serviços da OMC, sendo esses últimos menos liberalizantes do que os primeiros, ao menos no caso do Brasil. O grupo também discute a forma de se preservar o direito dos governos nacionais para adotar novas regulações na área de serviços, caracterizada pelo dinamismo e mesmo pelo desenvolvimento de novos setores.

- Investimentos

Nesse grupo há consenso em relação à possibilidade de que cada parte apresentar reservas e exceções horizontais e setoriais em relação às disposições do acordo de investimentos, mas não há consenso, se haverá ou não a criação de um mecanismo de soluções de controvérsias investidor-Estado, proposto pelos Estados Unidos (no modelo do Nafta), mas rejeitado pelo Brasil e Canadá. Para (VEIGA), a extensão das disciplinas do acordo a instâncias subnacionais de governo, bem como o tratamento a ser conferido aos investimentos são dois temas de grande interesse para a Bahia. Já no que se refere aos incentivos, é improvável que o tema seja regulado pelo acordo, a julgar pelos precedentes do Nafta e do Mercosul, que optaram por não disciplinar o uso de incentivos nacional ou subnacionalmente.

- Compras Governamentais

Nesse tópico as entidades federais e/ou subfederais) estarão sujeitas às disciplinas do acordo. Existe consenso no que diz respeito ao objetivo do acordo que é ampliar o acesso aos mercados e sua cobertura inclui bens, serviços e obras públicas. Para o Mercosul, o acordo se deve contemplar as instâncias federais de governo, incluindo apenas as entidades governamentais regidas por normas de contratação pública (o que exclui empresas públicas que atuam em ambiente concorrencial). Em

contrapartida, os Estados Unidos, Chile e economias de pequenas querem a inclusão destas instâncias subfederais de governo no acordo. Já o Canadá rejeita tal extensão, e só aceitaria se os Estados Unidos eliminasse o tratamento discriminatório que possui contra o seu país, ao beneficiar suas próprias pequenas e médias empresas ao realizar compras governamentais.

Desta forma, demonstramos as áreas que Bahia tem interesse nos vários temas, nas negociações da ALCA. E dentre eles, os mais importantes são: investimentos e compras governamentais. Na verdade o Estado pretende evitar que os acordos em negociação restrinjam a capacidade dele de formular e implementar políticas industriais e de atração de investimentos.

5.2.2 Países da ALCA no comércio

Conforme informações já divulgadas, percebe-se o crescimento do comércio exterior baiano. E foi por conta desse desempenho, que houve um aumento da participação da Bahia no comércio internacional brasileiro, como podemos ver na tabela 24.

TABELA 24
COMÉRCIO INTERNACIONAL DA BAHIA
2002/2003

COMÉRCIO	BAHIA			BRASIL			PART %	PART %
	2002	2003	VAR%	2002	2003	VAR%	BAHIA/BRASIL 2002	BAHIA/BRASIL 2003
EXPORTAÇÃO	2.410.037.152	3.258.772.411	35,2	60.361.785.544	73.084.139.518	21,1	4	4,5
IMPORTAÇÃO	1.877.722.765	1.924.220.125	2,5	47.236.751.800	48.529.592.401	2,2	4	4
SALDO	532.314.386	1.334.552.285	150,7	13.125.033.744	24.824.547.117	89,1	4,1	5,4
CORRENTE DE COMÉRCIO	4.287.759.918	5.182.992.537	20,9	107.598.537.344	121.343.731.919	13	4	4,3

Fonte MDIC

Em 2002, segundo a tabela acima, a corrente baiana era 4% da corrente de comércio brasileira. Já em 2003, a corrente de comércio do Estado era responsável por cerca de 4,3% do comércio exterior do país.

Dos 15 principais parceiros comerciais do Estado, cinco fazem parte da ALCA, e juntos possuem 56,5% das nossas exportações, como vemos na tabela 25. O principal parceiro

comercial baiano em 2003 foram os Estados Unidos com 30,6%, seguido por Argentina (13,1%) e México (10,2%).

TABELA 25
EXPORTACOES DA BAHIA - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS
2002/2003

ORD	DESCRICAÇÃO	2003		2002		VAR% 2003/2002
		U\$\$ F.O.B	PART%	U\$\$ F.O.B	PART%	
1	ESTADOS UNIDOS	997797543	30,6	806858223	33,5	23,7
2	ARGENTINA	427356088	13,1	243781398	10,1	75,3
3	MEXICO	333997066	10,2	130540121	5,4	155,9
4	HOLANDA	176210866	5,4	112448090	4,7	56,7
5	ALEMANHA	112712003	3,5	35413256	1,5	218,3
6	REINO UNIDO	112597131	3,5	112214849	4,7	56,7
7	CHINA	111476087	3,4	60184275	2,5	85,2
8	ITALIA	87477463	2,7	69685558	2,9	25,5
9	FRANCA	81581387	2,5	44012610	1,8	85,4
10	BELGICA	76643748	2,4	139375249	5,8	-45
11	PORTUGAL	56540333	1,7	57622372	2,4	-1,9
12	CHILE	51452953	1,6	39740234	1,6	29,5
13	ESPANHA	43009039	1,3	53225934	2,2	-19,2
14	JAPAO	37245332	1,1	30983073	1,3	20,2
15	CANADA	33579219	1	27533498	1,1	22
	TOTAL	2739676258	84,1	1963618740	81,5	39,5

Fonte MDIC

5.3 PROVÁVEIS IMPACTOS

Inicialmente, antes de explicitar os impactos da ALCA no comércio exterior baiano, transcreverei um estudo do IPEA acerca dos impactos da criação da Área de Livre Comércio da Américas, sobre os fluxos de comércio do Brasil.

“Dentre os três cenários projetados pelo estudo, foi escolhido aquele em que a constituição da ALCA resultaria em uma redução tarifária de 100% para todos os produtos, exceto os que constituem uma lista brasileira de exceções. É válido frizar que o trabalho além de estimar a variação setorial no montante das importações e exportações, o trabalho buscou inferir os desvios de comércio resultantes da ALCA sobre os fluxos comerciais brasileiros com

parceiros fora da América.

A problemática implícita aqui é: considerando que o Estado da Bahia possui uma estrutura econômica e de comércio exterior diferenciada em relação ao conjunto do Brasil, questiona-se sobre o efeito líquido para a economia regional decorrente desta abertura comercial; as conclusões para o Brasil, de que o déficit comercial seria intensificado, se aplicam pura e simplesmente para a Bahia ou poderia a economia regional obter alguma situação diferenciada por conta de suas especificidades de produção e/ou de localização estratégica?

Em uma dentre as inúmeras simulações, considerou-se a dificuldade de redução tarifária de 100% (cenário I de liberalização total) sem ao menos um período transitório de adaptação competitiva para todos os setores envolvidos na liberalização comercial. Os autores do estudo construíram duas novas alternativas de liberalização tarifária parcial (cenários II e III). Foram considerados os setores mais sensíveis, aqueles que teriam maior aumento relativo das importações devido à criação de comércio. Escolhemos o cenário II como referência para este estudo, onde as tarifas dos setores mais sensíveis foram mantidas inalteradas e os demais produtos tiveram uma redução de 100% nas tarifas aduaneiras com uma elasticidade de substituição de importações de -1,5.

Os resultados gerais indicam um aumento de U\$\$ 1,28 bilhão nas exportações, dos quais 59% são criação de comércio e 41% correspondem a desvios de comércio e outros blocos e do Mercosul; as importações totais, contudo, apresentam um dinamismo maior, aumentando U\$\$3,5 bilhões, dos quais 77% são de criação de comércio e 23% são fluxos de comércio e 23% são fluxos comerciais desviados. Desta forma conclui que:

- a ALCA, enquanto elemento intensificador da abertura comercial, aumentaria o déficit comercial brasileiro e a pressão sobre o Balanço de Pagamentos;
- o incremento do déficit indica uma deficiência competitiva da produção brasileira tanto para manter o mercado nacional quanto para ampliar sua penetração em outros mercados. Não se deve, contudo, julgar este maior dinamismo das importações como fator negativo à economia nacional por si só. Ao contrário, deve-se analisar a composição deste volume de comércio e raciocinar sobre suas implicações a médio e longo prazo. Um aumento das importações, por exemplo, concentrado em bens de capital, insumos, novas tecnologias e outros, estará propiciando ganhos de qualidade e produtividade que certamente ampliarão a competitividade da produção nacional e poderão possibilitar uma melhor inserção internacional no futuro;
- Fazendo uma análise nominal, o parceiro comercial mais prejudicado com a criação da ALCA seria a União Européia, com uma redução de suas exportações para o Brasil (ou desvio de comércio) de U\$\$ 421 milhões, seguida de Mercosul, Japão e “Tigres Asiáticos” com, respectivamente, menos U\$\$ 126,7, U\$\$ 107,6 e U\$\$ 95,9 milhões.

Com a criação da ALCA¹¹, os setores de bens de capital do Brasil, no caso “maquinaria e equipamentos elétricos” e “equipamentos de transporte”, teriam seu déficit comercial sensivelmente aumentado. A criação e o desvio de comércio possibilitariam um aumento de 5,4% e 9,5% respectivamente nas exportações, contra uma elevação de 25,1% e 8,5% nas importações para Mercosul da ordem de U\$\$ 35,6 milhões e U\$\$ 25,8 milhões, respectivamente.

Os setores de bens de produção intermediários também apresentam um resultado comercial líquido negativo na balança comercial brasileira de U\$\$ 48,1 milhões. Para os “produtos da indústria química”, “plásticos e borrachas” e “ligas de metal”, o nível das exportações para os países da ALCA teria um incremento de 4,8%, 10,5% e 4,4% respectivamente, contra uma elevação de 12,3%, 18,9% e 18,6% das importações. Reduzem-se as exportações e as importações para o Mercosul da ordem de U\$\$ 27,5 milhões e U\$\$ 26,4 milhões, respectivamente.

Para os “produtos animais”, “vegetais”, “minerais”, “gorduras e óleos”, as exportações do setor têm uma diminuição de 0,5%, 1,3%, 0,2% e 0,1% respectivamente e as importações se elevam em 0,3%, 2,6%, 0,1% e 0,1%. Reduzem-se as exportações e importações do Mercosul, com U\$\$ 2,1 milhões e de U\$\$ 55 milhões, respectivamente.

No setor de “papel e papelão” as exportações para a ALCA aumentaram 2,3% sobre o total exportado para a América em 1996, enquanto que as importações se elevaram em 11,5%. Mais uma vez reduzem-se as exportações e as importações para o Mercosul, da ordem de U\$\$ 3,9 milhões e U\$\$3,2 milhões, respectivamente.

Nos setores de “alimentos, bebidas, fumo”, “têxteis”, “calçados, chapéus e similares”, “pedras, cerâmicas e vidros” e “artigos de joalheria” que apresentaram considerável competitividade nacional e internacionalmente, as exportações deste grupo para a ALCA têm um aumento de 1,3%, 16,8%, 8,7%, 9,6% e 3,2% (respectivamente) em relação as exportações deste grupo para toda a América em 1996 e uma elevação de 12,6%, 16,7%, 14,8%, 17,8% e 12,0% para as importações. Reduzem-se U\$\$12,3 milhões no valor exportado para o Mercosul e U\$\$ 12,9 milhões nas importações para o mesmo bloco.”.

Em nível de Bahia, a ALCA rompe a prioridade dos fluxos no Mercosul, onde o eixo sudeste do Brasil sempre foi privilegiado, e colocava as outras regiões do país como periferia. Com esse novo acordo a Bahia e toda região Nordeste serão beneficiadas pela formação do bloco. Algumas regiões da Bahia, por estar localizadas entre as regiões mais

¹¹ Os dados excluem valores referentes ao Mercosul.

desenvolvidas do Mercosul e os países do hemisfério norte, podem passar a ter um posicionamento estratégico. Por conta disso, empresas ou setores poderão migrar dos países mais desenvolvidos na busca de melhores condições de produção. Principalmente nas imediações de Salvador (região metropolitana), onde apresenta fácil acesso marítimo, alguns elementos de infra-estrutura, mão-de-obra de baixo custo.

Os setores que teriam maiores perdas na balança comercial brasileira, não estão presentes na matriz industrial do Estado. A possibilidade de maior importação de máquinas e equipamentos pode beneficiar a indústria baiana com ganhos na competitividade de nossos produtos. O efeito negativo está sobre os bens intermediários, principalmente a cadeia petroquímica, onde se concentra os maiores riscos dos processos de liberalização.

Segundo (VEIGA, 2002), existem dois eixos de diversificação da estrutura industrial baiana: o primeiro, envolve a criação ou expansão da oferta produtiva em setores como: - o automobilístico; - o de calçados; - de soja; e o de madeira e celulose; Esses são setores francamente exportadores ou com potencial exportador relevante e, alguns deles, bastante sensíveis a preferências (automobilísticos e calçados), logo melhores condições de acesso aos mercados do norte tendem a acelerar a consolidação deste eixo de diversificação industrial. Do lado das importações, os acordos provavelmente não geraram fluxos de comércio que ameacem a produção local e a liberalização pode reduzir os custos de matérias-primas, insumos e equipamentos para essas indústrias, aumentando a competitividade. O segundo eixo de diversificação industrial da Bahia envolve setores como frutas, pedras ornamentais, móveis, cacau, fumo e sisal, nos quais o crescimento das exportações depende da resolução de problemas no âmbito da oferta. Para esses setores, o melhor acesso aos mercados do norte pode acelerar a modernização, através da atração de investimentos voltados para a exportação – como já ocorre em pequena escala em alguns deles. Do lado das importações dadas as características de setores intensivos em recursos naturais, as possibilidades de geração de fluxos de importação originários dos países do norte são muito pequenas.

Dentre essa perspectiva a maior facilidade ao fluxo de capitais, tecnologias e mercadorias que a liberalização possibilita, deve desenvolver e ampliar o volume de comércio exterior baiano.

6 CONCLUSÃO

Conforme informações divulgadas, percebemos uma abertura cada vez maior da economia brasileira na direção da criação da ALCA. É impossível negar que a ALCA vai trazer benefícios para o país. Com ela podemos aumentar a nossa produção, o nosso PIB, nossas exportações e ainda conseguirmos acesso ao mercado norte-americano. Porém, a Área de Livre Comércio das Américas, também pode provocar uma série de dificuldades para o Brasil. Principalmente pelo fato, da nossa indústria doméstica ainda ser muito fragilizada e muito pouco competitiva. A opinião dos especialistas é que as negociações da ALCA só devem acontecer em conjunto com as negociações da ALC¹², pois, só assim o Brasil vai conseguir aumentar o seu poder de barganha. Eu concordo com o pensamento deles e penso que a ALCA só deve ser implantada quando tiverem sido discutidos e acordados todos os temas do acordo. Durante esse período, o Brasil deve se esforçar para obter avanços significativos em sua estrutura produtiva e uma maior estabilidade econômica, para que o país não sinta tanto os efeitos do livre comércio.

Acredito também, que o Brasil não deve ceder a pressão imposta pelos Estados Unidos, sem antes, ter negociado os pontos críticos de acesso ao mercado. Temos que lembrar que, a maior parte dos produtos que os Estados Unidos importam, possuem tarifas baixas. As que são altas são a dos “setores sensíveis” a sua economia, que por acaso, são os setores que o Brasil é mais competitivo. Por isso, se por acaso os Estados Unidos acabarem com as barreiras tarifárias e mantiverem as barreiras não-tarifárias¹³, de nada adiantará, pois não haverá vantagem para o Brasil, pois os ganhos auferidos por ela, serão bem menores que as perdas com toda certeza. E para piorar, o país ainda terá que enfrentar mais um problema, um déficit na balança comercial, que será provocado pelo aumento maior das importações em relação às exportações.

Em relação à Bahia, a ALCA provocará mudanças muito intensas na estrutura do comércio exterior baiano. Na verdade, a Área de Livre Comércio das Américas, será mais

¹² A Área de Livre Comércio entre a União Européia e o Mercosul.

¹³ Cotas de importação (limitações sobre a quantidade importada) e restrições de exportação (limitações sobre a quantidade exportada – geralmente imposta pelo país a pedido do país importador)

vantajoso para a Bahia do que para o Brasil, por conta dos ganhos que o Estado terá com essa abertura comercial. Para começar, a Bahia só corresponde aproximadamente a 4% do comércio exterior brasileiro. E os setores mais atingidos pela abertura comercial brasileira (bens de capital), não fazem parte da pauta de exportação baiana. O segmento baiano mais atingido pela competitividade externa, será o Químico e Petroquímico, que sofrerá pressão principalmente da Petroquímica norte-americana. Em contrapartida, teremos ganhos consideráveis, na venda das *commodities* que tem grande participação na estrutura das exportações baianas e elevada competitividade internacional, podendo gerar agregação de valor e saldos comerciais positivos.

A Bahia possui alguns setores produtores de bens básicos com grande potencial exportador, e a identificação dos novos constitui o grande desafio para o Estado atinja a meta de ampliar a participação das exportações baianas nas exportações brasileiras. Para atingir esse objetivo é indispensável uma maior integração dos órgãos de incentivo às exportações e dos programas estaduais com os principais programas do Governo Federal, o que pode resultar na ampliação do número de empresas baianas exportadoras, com efeitos sobre o PIB e conseqüentemente, sobre o emprego.

Além da própria potencialidade e da competitividade dos setores exportadores baianos, outros elementos podem contribuir para uma acentuada elevação no volume das exportações da Bahia: Uma redução do “custo Brasil”, o que envolve a modernização dos portos; uma reforma tributária desonerando as exportações; a melhoria do sistema viário e sistema de financiamento adequado às empresas exportadoras. O aumento da contribuição das exportações terá impactos positivos sobre a geração de emprego, renda e desconcentração espacial, em razão de alguns complexos agropecuários competitivos estarem localizados no interior, contribuindo para a redução da taxa de desemprego, do êxodo rural e das desigualdades sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. **O Brasil e a ALCA: interesses e alternativas**. Rio de Janeiro: PUC, 1997. (Texto para discussão, 371).

ALCA-BLOCO. Disponível em: < <http://www.alca-bloco.com.br/> >. Acesso em: 10 de março de 2004.

ARAÚJO, Jr. J. T. ALCA: riscos e oportunidades para o Brasil. In: SEMINÁRIO ALCA: RISCOS E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL. **Anais...** São Paulo: IPRI, 1998.

AVERBUG, André. O Brasil no contexto da integração hemisférica: controvérsias em torno da ALCA. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro v.6, n. 11 p. 49-78, Jun. 1999.

BARRAL, Welber. **O Brasil e o protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002, 270p.

CALABI, Andréa Sandro; LUQUE, Carlos Antônio. **Os ciclos de expansão industrial e seus impactos**. Brasília: Nobel / Ministério do trabalho, 1985. 95p.

CAMARGO, José Maurício; NERI, Marcelo; REIS, Maurício Cortez. **Emprego e produtividade no Brasil na década de 90**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia-PUC-Rio, 1999. 35p.

COUTINHO, L. Área de Livre Comércio das Américas - riscos e oportunidades da integração continental assimétrica e acelerada. In: SEMINÁRIO ALCA: Riscos e Oportunidades para o Brasil. **Anais...** São Paulo: IPRI, 1998.

DEVLIN, R., GARAY, L. J. **From Miami to Cartagena: nine lessons and nine challenges of the FTAA**. Local: BID/Integration and Regional Programs Department, 1996. (Working Paper, 211).

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 5º ed. São Paulo: Makron/McGraw-Hill, 1999. 930p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FIEB. Disponível em: < <http://www.fieb.org.br> >. Acesso em 15 de maio de 2005.

GARCIA, M. A. O Brasil e a Alca: regionalização e projeto nacional de desenvolvimento. In: SEMINÁRIO ALCA: RISCOS E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL. **Anais...** São Paulo: IPRI, 1998.

GUERRA, O.F., GONZALES, P. S. H. Evolução recente e perspectivas para a economia baiana. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v.27, n.1 p. 36-76, jan./mar. 1996

- KRUGMAN, P.R.; OBSTELD, M. **Economia Internacional: Teoria e Política**. São Paulo: Makron Books. 2001.
- LABATUT, Enio Neves. **Política de comércio exterior**. São Paulo: Aduaneiras 1994.
- MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 7 ed. São Paulo. Atlas. 2001.
- PANAGARIYA, A. **The Free Trade Area of the Americas: good for Latine America?** Blackwell Publishers.,1996.
- PEREIRA, L. V. **Relatório de Pesquisa da FGV**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. (Relatório para MICT).
- PINHEIRO Silvia M; GUEDES, Josefina Maria M. M. **Antidumping, subsídios e medidas compensatórias**. São Paulo, 1984, 300p.
- PORTER, Michel E. **A vantagem comparativa das nações**. Rio de Janeiro. Campus 1993.
- PROMO. Disponível em: < <http://www.promoba.com.br/> >. Acesso em 10 de março de 2004.
- RATTI, Bruno. **Comércio internacional e câmbio**. 9.º edição. São Paulo. Aduaneiras. 1997.
- RESENDE, Leone Soares de. **Incentivos à exportação**. São Paulo. Atlas. 1978.
- RÚDIO, Franz V. **Introdução ao processo de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. Elementos de metodologia do trabalho científico. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SALVATORE, D. **Economia Internacional**. São Paulo: LTC. 2000.
- SANTOS, Gervázio F.; GOMES, Ludmila de Sá F. A Bahia no comércio internacional: a participação na ALCA. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: n. 118, p. 22-27, Março. 2004.
- SANTOS, Theotônio dos **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável**. 4 ed. Petrópolis. Vozes. 1999.
- SEI. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br> > Acesso em 20 de setembro de 2005.
- SOUZA, Roberta Lourenço de. O Brasil e a ALCA: Acordo comercial em negociação. **Bahia Análise de Dados**,.Salvador v.1 n. 3, p. 119-134, dez 2004.

THORSTENSEN, Vera. **OMC - Organização Mundial do Comércio**: As regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2º ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 517p.

VEIGA, Pedro Mota. A Bahia frente à ALCA e as negociações Mercosul - União Européia. In: AVENA, Armando (org.) **Bahia séc. XXI**. Salvador: Seplantec/ SPE, 2002.

VERMELHO. ESPECIAL ALCA. Disponível em: <
<http://www.vermelho.org.br/especial/alca/default.asp> > Acesso em 11 de março de 2004.

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro; SOUZA, Roberta Lourenço de. Políticas comerciais, barreiras e as exportações baianas. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.12, n.3, p.119-134, dez.2002.